

Lula: “quanto mais juro for pago, menos haverá para investir”

Reprodução



“Brasil não pode perder a Avibrás”, afirma militar

O ex-fuzileiro naval, comandante Robison Farinazzo, consultor militar e autor de livros sobre geopolítica e tecnologia aeronáutica, afirmou, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, dia 18, que o Brasil precisa investir em sua indústria de defesa. “Nós não podemos perder uma empresa como a Avibrás, que tem 60 anos de expertise. E a Avibrás está quebrando por quê? Porque o principal comprador, que deveria ser o governo brasileiro, não compra na proporção exata”, advertiu o militar. **Página 3**



A “gastança” que tem que ser cortada são os R\$ 776 bilhões de juros

O presidente Lula lamentou, na quinta-feira (20), a decisão do Copom de manter a taxa de juros em 10,50% ao ano, interrompendo o ciclo de cortes iniciado em 2023, quando a taxa estava em 13,75%. Ele repetiu as críticas à autonomia do Banco Central e disse que o pagamento de juros deveria ser tratado como gasto. “É uma pena que o Copom manteve, porque quem está perdendo com isso é o Brasil, o povo brasileiro. Quanto mais a gente pagar de juros, menos dinheiro a gente tem para investir aqui dentro. Isso tem que ser tratado como gasto”, defendeu. **Págs. 2 e 3**

“O mais grave no Copom foi a unanimidade”, aponta Kliass

Reprodução



A denúncia foi feita pela relatora da ONU para os Direitos Humanos na Palestina, Francesca Albanese

Israel usa palestino amarrado a jipe como escudo humano

Em mais uma cena da barbárie das tropas invasoras israelenses em território palestino, vídeo que viralizou nas redes sociais no sábado (22) mostrou um palestino ferido, amarrado

horizontalmente ao capô de um jipe da ocupação, sendo conduzido em meio a uma razia na cidade de Jenin, Cisjordânia, usado como escudo humano. Mais tarde, o palestino ferido foi

identificado como Mujahid Raed Abbadi, de 24 anos. A denúncia, via redes sociais, partiu da relatora especial das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos nos territórios pales-

tin, Francesca Albanese. O evidente crime de guerra também foi condenado pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). **Página 6**

O economista Paulo Kliass comentou na quinta-feira (20) a decisão do Copom, do Banco Central, e disse que o resultado parecia a “crônica da morte anunciada”. Segundo ele, “o Copom, principalmente nesta gestão que começou na época do Bolsonaro, canta exatamente o desejo dos setores do financiamento, da nata da oligarquia da banca privada do Brasil”. “Eles seriam derrotados, seria 5 a 4, mas na hora que saísse o comunicado vai estar dito que tem gente na diretoria do BC, e que a partir de janeiro vai ser maioria, que pensa diferente e que dá para ser diferente”, argumentou. **Página 2**

Pastores da Igreja Batista condenam “PL do Estuprador”

Durante evento da Igreja Batista da Água Branca, na zona Oeste de São Paulo, na sexta-feira (21), ao discursar, lideranças religiosas criticaram a manipulação, por parte de um segmento evangélico com “ambições escusas” que “age sorratamente”. “Esse povo foi descoberto por uma ala político-religiosa com ambições escusas”, disse Zé Marcos Silva, pastor de Coqueiral (PE). **P. 4**

Lira adia “PL do Estuprador” para o 2º semestre

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou na terça-feira (18) o adiamento da votação do projeto de lei (PL 1904/24), conhecido como “PL do Estuprador”, que equipara aborto a homicídio após a 22ª semana. O adiamento ocorre após manifestações contrárias ao projeto em todo o país e a repercussão negativa em vários setores da sociedade. **P. 3**

Professor encerra greve marcada por mobilização geral e intransigência do governo federal

Após uma intensa mobilização, com uma greve que atingiu mais de 60 universidades e institutos federais em todo o país desde 15 de abril, os docentes decidiram aceitar a proposta de reajuste e reestruturação de carreiras apresentada pelo governo no início de junho. O movimento foi marcado pela intransigência do governo em relação à reivindicação salarial da categoria, que queria aumento ainda este ano, embora tenha cedido em outras. **Página 5**

Decache critica ataque de Haddad a benefícios social e previdenciário

Em entrevista ao HP, o economista David Decache afirmou que essas áreas já estão sob risco desde a aprovação do Novo Arcabouço Fiscal (NAF), que criou uma incompatibilidade entre o crescimento dos pisos constitucionais e o novo teto de gastos. **Página 5**

“Há diferenças entre Haddad e o financismo?”

“Enquanto ele se sentir prestigiado por Lula nessa sua cruzada em prol do capital financeiro e da austeridade, nada vai detê-lo”

PAULO KLIASS*

A cada dia que passa reduzem-se as diferenças que eventualmente tenham existido em um passado distante entre o projeto estratégico da nata do financismo para o Brasil e as propostas do Ministro da Fazenda para resolver as questões que ele considera mais relevantes no campo da economia. Essa novela é longa e pode ter tido um ponto de virada importante no momento em que o Presidente recém eleito, ainda em 2022, anunciou no dia 9 de dezembro o seu preferido para o comando da economia em seu terceiro mandato.

A partir daquele instante tem início uma caminhada “solo” de Haddad, que sentiu contar com bastante autonomia para apontar um rumo em sentido contrário a quase tudo aquilo que o candidato vencedor do pleito prometera ao longo de sua campanha. Lembremos que Lula havia dito que pretendia realizar 40 anos em 4, inspirado no mote do ex Presidente Juscelino Kubitschek, que falava em fazer 50 anos em 5. Vale lembrar que, na década de 1950, o mandato presidencial era de um quinquênio. Por outro lado, Lula prometera fazer mais e melhor do que ele mesmo havia realizado durante os seus dois primeiros mandatos, entre 2003 e 2010.

Ora, bastariam apenas esses dois desejos, partindo daquele que subiria a rampa do Palácio do Planalto em 1 de janeiro, para se perceber que seria necessário levar em frente um programa de governo e uma estratégia de política econômica que significassem mudança. Na verdade, tratava-se de apontar para um novo padrão, uma virada significativa em relação ao liberalismo austericida que havia caracterizado os 6 anos do desastre perpetrado durante os mandatos de Temer e de Bolsonaro. Além de terem sido verbalizadas por Lula durante vários momentos ao longo da campanha, estas duas indicações faziam todo sentido do ponto de vista da retomada de um projeto de desenvolvimento social e econômico, cumprindo com as necessidades da grande maioria da população e também atendendo aos interesses dos setores ligados à economia real e produtiva. Só quem não se empolgava muito com tal possibilidade era a nata do financismo em nossas terras.

POUCA COISA ALÉM DA AUSTERIDADE

Dentre tantos aspectos que compõem o cardápio de instrumentos de política econômica, para o cumprimento de tais metas de governo ganham destaque a política fiscal e a política monetária. Reconstruir tudo aquilo que havia sido destruído em termos de instituições públicas e de suas capacidades estatais implicaria um programa de retomada de investimentos públicos e de elevação dos níveis de despesas orçamentárias bastante expressivos. Isso significaria romper com a lógica da austeridade fiscal imposta pelo teto de gastos, ou seja, por meio da revogação pura e simples da Emenda Constitucional 95, tal como também prometido por Lula.

Do ponto de vista da política monetária, seria urgente também um redirecionamento do patamar da taxa oficial de juros. Ocorre que a lei complementar 179, cuja aprovação pelo Congresso Nacional em 2021 foi entusiasticamente apoiada por Bolsonaro e Paulo Guedes, estabeleceu uma quase independência ao Banco Central (BC). Os membros da diretoria do órgão passaram a contar com mandato fixo e Lula começa seu terceiro quadriênio tendo 9 bolsonaristas à frente do BC, liderados pelo Presidente Roberto Campos Neto. Como estes dirigentes são os próprios integrantes do Comitê de Política Monetária (COPOM), tem início uma estratégia de boicote a uma possível alteração dos rumos da economia sob Lula. A SELIC permaneceu na estratosfera de 13,75% anuais durante 10 meses e só depois sofreu um lento processo de redução cosmética e milimétrica.

Artigo continua na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.com.br/ha-diferencas-entre-haddad-e-o-financismo-por-paulo-kliass/>

* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

O mais grave do Copom foi a unanimidade, diz Paulo Kliass



Ikaro Chaves, Roberto D'Araújo e Ildo Sauer

Para especializar, rever concessões e reestatizar a Eletrobrás é a saída para crise dos apagões

MME caminha em outra direção e anuncia renovações com “novas regras”. Para o Ildo Sauer, “a Enel não é um caso isolado”. O engenheiro Ikaro Chaves afirma que medidas não resolvem. Privatizações fizeram explodir as tarifas, mostra Roberto D'Araújo

Após os apagões quase diários em São Paulo e o escandaloso descalço da empresa italiana Enel, que é concessionária de energia elétrica na região, cresceu no Brasil a campanha para que o governo não renove as concessões que estão vencendo no país. Especialistas alertam que o problema não é isolado, mas fruto de um sistema que, a partir das privatizações, privilegia os lucros em detrimento da qualidade dos serviços e de investimentos em manutenção e controle.

O governo, no entanto, caminha em outra direção. O Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, acaba de anunciar regras “mais duras” nas renovações dos contratos das distribuidoras de energia elétrica.

De acordo com Silveira, as regras atuais dos contratos de distribuição tornam a declaração de caducidade, ou seja, a cassação do contrato “inviável”. “Uma aventura de uma declaração de uma caducidade pode custar muito aos cofres da União porque eles têm muitos direitos, muito mais direitos que deveres”, declarou o ministro.

Segundo o ministro, o governo deve cobrar algumas premissas no processo de renovação das concessões, como: aumento das exigências para duração e frequência das interrupções no fornecimento de energia; medição de percepção social da qualidade de serviços, que no lugar de ser medida sobre a área de concessão da distribuidora, deve ser em territórios menores – como

baixos, por exemplo; maior investimento das distribuidoras nas redes de média e baixa tensão; criar uma linha mais próxima entre distribuidoras e prefeituras.

O engenheiro Ikaro Chaves, ex-dirigente sindical e ex-conselheiro eleito do Conselho de Administração (Consad) da Eletronorte, vem criticando duramente o processo de privatizações do setor elétrico no Brasil. Para ele, “o resultado dessas privatizações e da mercantilização do sistema, nós estamos vendo hoje. A conta de luz dos brasileiros, que era das mais baratas do mundo, passou a ter um encarecimento progressivo”.

Ikaro comentou o decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, anunciado pelo ministro de Minas e Energia “endurecendo” as renovações de concessões. “São medidas, tirando uma coisa ou outra, que aparentemente são mais exigentes, mas que não resolvem os problemas causados pelo modelo atual de concessões”, disse ele. “Por exemplo, as empresas vão poder expurgar das metas de avaliação de qualidade do serviço – tipo frequência de problemas e tempo de demora na solução – situações consideradas especiais”. O descalço ocorrido em São Paulo, só para citar um caso desses, poderia, pelo novo decreto, ser – como foi – expurgado pela Enel. Seria, segundo ele, culpa de São Pedro e não sua”, acrescentou.

E, segundo o engenheiro, mesmo não cumprindo as metas exigidas de qualidade, as empresas poderão, segundo o decreto, ser “aprovadas”

– leia-se, terem as concessões renovações – se prometerem aportes de capitais. Esta cláusula, não por acaso, está sendo chamada de “Cláusula Meloni”. As “exigências” de trabalho decente, constantes no decreto, também não passam de generalidades. Não há, segundo Ikaro, defesa efetiva da valorização dos trabalhadores.

Ikaro, que defende a reestatização da Eletrobrás, destacou que a energia barata “é um diferencial, inclusive para a nossa industrialização, que já possuía uma energia limpa, renovável e barata. Isto ajudou a industrialização do Brasil. A partir do momento em que o processo de privatização começou, tivemos um encarecimento progressivo da conta de luz. Além disso, estamos vendo uma piora na qualidade dos serviços em todo o país, não é só em São Paulo, mas em todo o país”, denunciou.

Atualmente, o Ministério de Minas e Energia tem um processo de cassação em andamento: o da Amazonas Energia, que foi privatizada e está completamente falida. Mas, ao invés de reestatizar a empresa, o governo decidiu usar recursos públicos cobrados aos consumidores para sanear a e entregá-la à Ambar Energia, cujos proprietários são os irmãos Joesley e Wesley Batista (do Grupo J&F).

Leia a matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/rever-concessoes-e-reestatizar-elektrobras-e-a-saida-para-crise-dos-apagoes-dizem-especialistas/>

“São juros altos que geram um profundo desequilíbrio fiscal”, afirma José Oreiro

Para o economista, decisão do Copom de manter Selic em 10,5% é “injustificável”. Com juro real entre 6% e 7% não há investimento, “não tem como pagar”

O economista José Luís Oreiro avalia como “injustificável” a decisão do Banco Central (BC) de paralisar os cortes na taxa básica de juros da economia (Selic), hoje em 10,5% ao ano.

“Eu não vejo nenhuma justificativa razoável para se manter uma taxa de juro desse tamanho, de 6 a 7% ao ano. Se a ideia de que é o risco fiscal que obriga o Banco Central a praticar esses juros altos, eu acho que a relação de causalidade é inversa. Na verdade, são juros altos que geram um profundo desequilíbrio fiscal”, denunciou o professor da Universidade de Brasília (UnB), em entrevista ao HP, nesta quinta-feira (20).

“Foi uma decisão equivocada”, afirmou. “A taxa de juro real esperada está muito alta, porque a expectativa de inflação para 2024 é de 4% e, para 2025, está abaixo de 4%. Isso significa que você está com uma taxa real de juros entre 6% e 7% real. Quer dizer, isso é injustificável”, criticou.

Oreiro observou que a inflação está em queda.

A inflação vem numa trajetória consistente de queda desde 2022, ressaltou o eco-

nomista. “A inflação esperada está dentro do intervalo da meta inflacionária. A meta é 3%, mas com 1,5 ponto de banda para cima ou para baixo. Então, se a inflação ficar abaixo de 4,5%, o Banco Central está cumprindo a meta. Assim, não há risco de descumprimento da meta de inflação”, constatou e seguiu.

“Por outro lado, a situação das contas externas está muito favorável. Você não precisa manter a taxa de juros alta para atrair capital por causa de questões da balança de pagamentos”, observou.

O economista lembra que enfraquecer os investimentos significa “menos criação de empregos de qualidade”.

“O efeito dos juros altos é, claro, sobre investimento. A gente vem de uma trajetória de muitos anos de taxa de investimento baixa. A indústria brasileira está sucateada tecnologicamente por falta de investimento. O parque de máquinas e equipamentos é muito velho e precisa ser renovado. Com uma taxa de juros real entre 6% e 7%, simplesmente esses investimentos em modernização da capacidade produtiva são



Fotografia de José Oreiro

inviáveis. Não tem como você pagar”, afirmou Oreiro.

“Isso vai ter efeito sim sobre o crescimento, um crescimento mais baixo do que poderia ocorrer, se nós tivéssemos uma taxa de juros mais baixa”, comentou Oreiro, ressaltando que “menos investimento, menos crescimento significa menos criação de empregos de boa qualidade, ou seja, empregos com carteira assinada. Isso é ruim do ponto de vista da equidade da distribuição de renda, do ponto de vista da pobreza... Enfim, tudo ruim”.

ANTONIO ROSA

“Eles seriam derrotados, seria 5 a 4, mas na hora que saísse o comunicado vai estar dito que tem gente na diretoria do BC, e que a partir de janeiro vai ser maioria, que pensa diferente e que dá para ser diferente”, argumentou o economista

O economista Paulo Kliass comentou nesta quinta-feira (20), à TV Fórum, a decisão do Copom, do Banco Central, do dia anterior, quarta-feira (19), e disse que o resultado parecia a “crônica da morte anunciada”. Segundo ele, “o Copom, principalmente nesta gestão que começou na época do Bolsonaro, canta exatamente o desejo dos setores do financismo, da nata da oligarquia da banca privada do Brasil”.

“E esse pessoal já estava dizendo que não dava para continuar nem mesmo com aquelas reduções cosméticas e micrométricas que aconteceram ao longo das últimas reuniões. Na última reunião antes dessa já houve a redução do ritmo da queda dos juros e agora foi mantida neste nível pornográfico e estratosférico”, apontou.

Kliass destacou que “o mais relevante dessa reunião foi, por outro lado, a unanimidade. É óbvio que você vai ter ‘n’ interpretações para o que isso significou do ponto de vista simbólico. Mas não podemos ignorar que algumas horas antes dessa reunião, o presidente Lula deu uma declaração pública dizendo que a única coisa que estava desajustada na nossa economia era a conduta do presidente do BC, Roberto Campos Neto”.

“Lula tinha toda razão, por conta daquela exploração política, Campos Neto, estando cotado para ser ministro de um eventual governo Tarcsio, quer dizer, o cara é bolsonarista e não esconde isso para ninguém. E por outro lado é um ortodoxo, conservador e neoliberal na política econômica, na política monetária e não esconde isso de ninguém”, prosseguiu Kliass.

Ele lembrou que “Lula indicou quatro diretores. Entre eles está Gabriel Galpólo que era secretário executivo do Ministério da Fazenda, de Haddad. Ele é um dos cotados para ser presidente do Banco Central”.

“Na última reunião esses quatro diretores indicados por Lula haviam divergido e disseram que deveria continuar a queda de meio ponto. Aquela reunião não foi unânime. Desta vez, contrariando o que o Lula disse, votaram unanimemente pela manutenção dessa taxa. Então as análises são, primeiro, Lula teria saído enfraquecido, porque ele diz uma coisa e os indicados por ele não votam com essa orientação. É uma leitura”, observou.

“Agora, o mais relevante é que o campo progressista, o campo que não concorda com essa ortodoxia suicida do Banco Central de mostrar para a sociedade que a economia não é uma ciência exata, por um lado, e, por outro lado, que existem alternativas a essa política monetária arrochada que o Roberto Campos Neto está levando, e que o Lula está criticando”.

“Eles seriam derrotados,



Fotografia de Paulo Kliass

seria 5 a 4, mas na hora que saísse o comunicado vai estar dito que tem gente na diretoria do BC, e que a partir de janeiro vai ser maioria, que pensa diferente e que dá para ser diferente”, argumentou.

“Segunda leitura, o Lula disse que queria alguém com muita experiência, etc, para ser presidente do BC. Se o Galpólo votou mais uma vez com Roberto Campos Neto, muita gente está dizendo que, talvez, o Lula não esteja com tanta confiança nele porque foi uma desmentida pública na avaliação, na proposta e no diagnóstico do Lula. Então, isso eventualmente abriria espaço para o Lula indicar um outro presidente ou presidenta para o BC. Essa é outra leitura”, prosseguiu Kliass.

O economista apontou que “o mercado financeiro fez um alarde sobre o BC estar rachado. Que isso seria um problema. É bobagem para ganhar dinheiro na especulação. Todo mundo sabe que o presidente Lula, em tese, tem uma diferença com essa abordagem. E ele é o presidente da República e vai poder indicar, a partir de janeiro, uma outra pessoa para ocupar a presidência do BC”.

“Ái, vamos querer saber, se o Lula está com interesse político de manter uma trajetória de redução da Selic e de retomada de um projeto de desenvolvimento econômico e social, etc. Essa é a dúvida que fica no ar, porque até o momento ele tem usado muito o gogó, como se brinca, para falar, para bater no BC, etc, mas, no conjunto, no frígido dos ovos da política econômica, levada à frente pelo Haddad, com aval do Lula, é importante se dizer, não é nada muito diferente do que tem sido feito do ponto de vista dos desastres dos últimos seis anos. No essencial, é óbvio que não é exatamente a mesma coisa”, afirmou Kliass.

Kliass concluiu dizendo que Lula “não pode perder a chance de mudar, afinal daqui a alguns dias vai se completar um ano e meio dos quatro anos desse terceiro mandato. O Lula dizia, eu quero fazer quarenta anos em quatro. Já passou um ano e meio e fez muito pouco. Tem que acelerar o ritmo das mudanças senão ele corre o risco de perder o bonde da história”, advertiu o economista.

“Gastança” que tem que cortar são os R\$ 776 bilhões de juros

Há um escandaloso limite nos gastos sociais e de investimentos, mas não há nenhum limite imposto aos bilhões pagos de juros aos bancos. É uma gastança desenfreada e parasitária

O mercado financeiro – leia-se, meia dúzia de bancos e donos de títulos que ganham com a alta dos juros, – quer cortar os benefícios sociais da Previdência Social e as verbas de Saúde e Educação para aumentar ainda mais os seus ganhos bilionários.

Eles receberam dos cofres públicos nos últimos 12 meses, só de juros, R\$ 776 bilhões, enquanto as verbas de Saúde, Educação e Assistência Social, que atendem milhões de pessoas, somadas não atingem esse valor.

No Brasil há um escandaloso limite nos gastos sociais e de investimentos mas não há nenhum limite imposto aos bilhões pagos de juros aos bancos. É uma gastança desenfreada e parasitária.

E eles acham que podem embolsar cada vez mais exa-

tamente porque os juros são uma despesa sem nenhum limite. Como o dinheiro é um só e vem do Orçamento Geral da União, eles gritam contra os gastos com a Previdência Social, contra os investimentos e os serviços públicos. Querem tudo para eles.

Entre juros e amortizações, os banqueiros e rentistas estão levando quase metade de todo o Orçamento Geral da União. O resto do país, ou seja, a Ciência e Tecnologia, os investimentos públicos, as obras de infraestrutura, Saúde, Educação, Segurança, e tudo o mais, fica com a outra metade. País nenhum do mundo suporta uma situação como esta por muito tempo.

Leia mais no site: <https://horadopovo.com.br/gastanca-que-tem-que-ser-cortada-sao-os-r-776-bilhoes-de-juros/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140

Curú-Uttingas - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Presidente da Câmara com líderes partidários

Lira adia 'PL do Estuprador' para o segundo semestre

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou na terça-feira (18) o adiamento da votação do projeto de lei (PL 1904/24), conhecido como "PL do Estuprador", que equipara aborto a homicídio após a 22ª semana.

O adiamento ocorre após manifestações contrárias ao projeto em todo o país e a repercussão negativa em vários setores da sociedade.

Na semana passada, Lira colocou em votação-relâmpago, menos de 24 segundos, o regime de urgência do projeto, o que quer dizer que iria direto ao plenário sem passar por discussões nas comissões pertinentes.

Agora, o presidente da Câmara anunciou que vai criar uma comissão representativa para discutir o projeto de lei e declarou que o debate sobre o tema ficará para o segundo semestre, após o recesso parlamentar.

Apesar de anunciar que o PL será discutido em uma comissão representativa, Lira recua na intenção de votar diretamente no plenário.

"O colégio de líderes aqui presentes deliberou também debater - debater - esse tema de maneira ampla no segundo semestre, com a formação de uma comissão representativa, que desta forma o aprofundamento ou as perguntas não terão como fluir, porque nós só iremos tratar disso após o recesso, na formação desta comissão", disse Lira em entrevista coletiva.

Segundo ele, isso será feito com "um amplo debate, com a percepção clara de todas as forças políticas, sociais e de interesse no país, em todos os segmentos envolvidos. Sem pressa ou qualquer tipo de aprofundamento".

Questionado, Lira não esclareceu como vai funcionar a comissão representativa. Disse apenas que terá representantes de todos os partidos.

Segundo o projeto, encabeçado pelo deputado bolsonarista Sôstenes Cavalcante (PL-RJ), mas com várias assinaturas, na hipótese de uma mulher adulta vítima de estupro e que interrompa a gravidez após a 22ª semana, é possível que ela seja condenada a 20 anos de prisão, enquanto o seu estuprador fique entre 6 e 10 anos preso.

A proposta também altera o artigo que estabelece casos em que o aborto é legal para restringir a prática em casos de gestação resultantes de estupro.

De acordo com o texto, só poderão realizar o procedimento mulheres com gestação até a 22ª semana. Após esse período, mesmo em caso de estupro, a prática será criminalizada, o que não acontece hoje.

O PL trata o estupro generosamente ao indicar penas de prisão menores do que a mulher que, estuprada, tentar abortar e o fizer após a 22ª semana.

No caso do estupro, citado no artigo 213 do Código Penal, a pena mínima é de 6 anos quando a vítima é adulta, mas pode chegar a 10 anos.

Caso a vítima seja menor de idade, a pena mínima sobe para 8 anos e, a máxima, para 12 anos.

No caso do estupro de vulnerável (Art. 217-A), quando a vítima tem menos de 14 anos ou é incapaz de oferecer resistência, a pena mínima é de 8 anos de reclusão, e o tempo máximo passa para 15 anos. Somente quando o crime é praticado contra vulnerável e resulta em lesão corporal grave que a pena pode chegar a 20 anos.

"Quanto mais pagar juros, menos dinheiro para investir", diz Lula



Presidente Lula dá entrevista à rádio Verdinha, no Ceará, onde foi anunciar obras

"Brasil tem que investir na indústria de defesa. Não podemos perder a Avibrás", afirma militar

O ex-fuzileiro naval, comandante Robinson Farinazzo, consultor militar, articulista e autor de livros sobre geopolítica e tecnologia aeronáutica, afirmou, no último dia 18 de junho, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que o Brasil precisa investir em sua indústria de defesa.

"Nós não podemos perder uma empresa como a Avibrás, que tem 60 anos de expertise. E a Avibrás está quebrando por quê? Porque o principal comprador, que deveria ser o governo brasileiro, não compra na proporção exata", advertiu o militar.

Ele acrescentou que "é baixíssimo o incentivo à indústria nacional". "A indústria de defesa não é como uma padaria, ela não existe para dar lucro, ela existe para atender a soberania de um país. Nós não podemos perder a Avibrás de forma alguma", destacou Farinazzo.

Ele advertiu sobre as ameaças à soberania do Brasil e deu como exemplo declarações de autoridades estrangeiras sobre a Amazônia. "O ex-comandante militar da OTAN diz que as queimadas no Brasil ameaçam a segurança dos EUA", apontou.

"Já Macron, presidente da França, disse que a Amazônia é um bem comum e o primeiro-ministro do Reino Unido pediu a privatização da Amazônia e aconselhou a ONU a sancionar o Brasil pelo aumento do desflorestamento", acrescentou.

"Ninguém é negociante sobre os problemas de desflorestamento. Mas essa linha de trabalho de autoridades europeias e americanas é a mesma que foi usada para demonizar o Iraque no ano de 2002 com relação a armas de destruição em massa, que nunca existiram. Criou-se uma narrativa para justificar uma invasão que custou a vida de mais de 600 mil cidadãos do Iraque", denunciou o fuzileiro naval.

Ele relatou que essa solicitação de sanções ao Brasil na ONU, de 13 de dezembro de 2021, pouco antes do início da guerra na Ucrânia, surgiu quando se colocou problemas climáticos como questão de segurança internacional. "A Rússia e a Índia vetaram. Se isso fosse aprovado, abriria precedentes para, no futuro, a gente ter uma intervenção no Brasil com pretextos de segurança climática. Não estamos num mundo seguro e nem amigável para as riquezas do Brasil", alertou.

"A Argentina recentemente comprou um lote de aviões da França, só que o fabricante do aceno éjetável é britânico. Aí os argentinos ficaram impedidos de voar a aeronave e não sei se já resolveram isso", relatou.



Comandante Robinson Farinazzo e a fragata Niterói

Farinazzo falou também sobre a falta de continuidade de projetos militares. "Vários projetos que eu conheci na Marinha nasceram e morreram. A Marinha tinha um projeto excelente, o projeto das fragatas classe Niterói dos anos 70. Infelizmente, por diversos fatores, não foi dado continuidade. Se o Brasil tivesse dado continuidade à classe de fragatas Niterói, não sei onde estaríamos hoje", observou.

"Agora, nós estamos precisando recomeçar do zero. Submarinos também, recomeçamos do zero. Porta-aviões, começamos e não acabamos. Estou falando da Marinha, mas os problemas existem no Exército e Aeronáutica. Ou seja, a cada 20 anos, nós praticamente recomeçamos do zero. Isso não pode acontecer".

"Os EUA constroem porta-aviões há 100 anos, a Rússia tem uma família de blindados que ela começou a desenvolver em 1920, e está aí hoje a excelência dos blindados russos na guerra da Ucrânia", apontou o militar.

"Temos excesso de dependência de insumos estrangeiros críticos, ou seja, o sistema de ejeção de pilotos, por exemplo, só existem três ou quatro empresas que produzem. O Brasil não tem esses explosivos, esses itens, etc. Se nós tivermos um problema, um dia muito provavelmente não nos será fornecido esses itens", advertiu.

"A Argentina recentemente comprou um lote de aviões da França, só que o fabricante do aceno éjetável é britânico. Aí os argentinos ficaram impedidos de voar a aeronave e não sei se já resolveram isso", relatou.

O ex-militar, que dirige o canal "Artes da Guerra", no YouTube, com dezenas de milhares de seguidores, alertou também para o fato de que "há muita proliferação de doutrinas da OTAN no Brasil".

"Acontece que a OTAN já provou na guerra da Ucrânia que as suas doutrinas de

contrainsurgência usadas no Afeganistão e outros países, não têm efeito numa guerra de alta intensidade. Nós copiamos muita coisa da OTAN. E preciso rever isso", disse ele.

"Temos que buscar, sempre que possível, a integração com o chamado Sul Global, de vez que essas nações enfrentam os mesmos desafios que o Brasil", defendeu. "Nós copiamos muita coisa da OTAN. E preciso rever isso", disse. "Temos que buscar, sempre que possível, a integração com o chamado Sul Global, de vez que essas nações enfrentam os mesmos desafios que o Brasil".

"O Irã nos anos 1980 importava tudo dos EUA. Ficou dependente da Operação Irã-Contras para receber suprimentos. O Irã desenvolveu uma indústria militar própria. Hoje ele tem a melhor família de drones e mísseis do Oriente Médio. Mesma coisa aconteceu com a Índia. A África do Sul tinha uma boa indústria de defesa, está boa ainda, mas perdeu muito".

"O Brasil precisa prospectar soluções e parcerias nesse sentido, porque essas nações têm os mesmos problemas e os mesmos interesses do nosso país e não representam de forma alguma uma ameaça", considerou.

Ele defendeu ainda a introdução nos currículos militares de tópicos que alertem para as fragilidades do Brasil e para a cobiça que somos alvo. "O tenente lá na base, o sargento lá na base, ele precisa saber que o país dele é alvo. O tenente que sabe que o país dele é alvo, vai ser um general, um almirante ou um brigadeiro nacionalista. Vai brigar pelos interesses nacionais", destacou o comandante.

Robinson Farinazzo argumentou, por fim, que é necessário ampliar o debate com a sociedade. "Ela quem vai pagar com suas riquezas e seu sangue se nós errarmos. Defesa e soberania precisam entrar na pauta eleitoral", advertiu.

O presidente criticou a decisão do BC de manter juros altos. "Esse juro tem que ser tratado como gasto"

O presidente Lula lamentou, na quinta-feira (20), a decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) de manter a taxa de juros em 10,50% ao ano, interrompendo o ciclo de cortes iniciado em 2023, quando a taxa estava em 13,75%. Ele repetiu as críticas à autonomia do Banco Central e disse que o pagamento de juros deveria ser tratado como gasto.

"É uma pena que o Copom manteve, porque quem está perdendo com isso é o Brasil, o povo brasileiro. Quanto mais a gente pagar de juros, menos dinheiro a gente tem para investir aqui dentro. Isso tem que ser tratado como gasto", defendeu o presidente.

Lula afirmou que o resultado do Copom mostrou que o Banco Central decidiu "investir no sistema financeiro e nos especuladores, que ganham dinheiro com juros". "Não vejo o mercado falar dos moradores de rua, dos catadores de papel, do desempregado, das pessoas que necessitam do Estado. Quem necessita do Estado? É o povo trabalhador, a classe média, que é quem paga imposto nesse país", disse ele à rádio Verdinha, no Ceará.

Lula insistiu que seu governo quer investir na produção para melhorar a vida do povo brasileiro.

"Dados mentirosos e sem profundidade", diz ex-chefe do Estado Maior do Exército sobre rever a Previdência dos militares

O general Fernando José Sant'ana Soares e Silva, ex-chefe do Estado Maior do Exército, declarou no sábado (22) que a proposta de mexer na Previdência dos militares está sendo feita "sem a profundidade necessária", com "dados mentirosos e sem levar em consideração as características diferentes da profissão militar".

"Acho que o assunto está sendo tratado sem a profundidade necessária, dados mentirosos e sem levar em consideração as características diferentes da profissão militar. Se quiserem acabar com as Forças Armadas, um bom passo é essa reforma da Previdência", declarou o general em entrevista ao site Poder360.

A discussão sobre "cortar gastos" sacrificando a Previdência dos militares surgiu com o presidente do TCU, Bruno Dantas. Ele defendeu que o "corte de gastos" comece pelos militares.

"No governo passado, foi feita uma reforma da Previdência para o servidor civil, e não foi feita para os militares. Talvez possa ser [mudada]", disse.

Depois, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, retomou o assunto e disse no Congresso Nacional que cortes de benefícios dos militares estarão entre as propostas de redução de gastos públicos a serem apresentadas ao presidente Lula. "[Precisamos] ter coragem de atacar, por exemplo, a aposentadoria dos militares", disse.

O general Fernando Soares foi para a reserva em abril de 2024, depois de concluir o tempo de carreira previsto. O general Richard Nunes assumiu em seu lugar o cargo de chefe do Estado Maior do Exército.

Em entrevista ao jornal Estadão no ano passado, o general reafirmou que as Forças Armadas devem trilhar a defesa da democracia e rebatê-lo suposto envolvimento dos militares em planos golpistas promovidos por Bolsonaro.

"Nós, o Exército, nunca quisemos dar nenhum golpe. Tanto não quisemos, que não demos."

Projeto que protege mandantes de crimes "não faz sentido", critica procurador-geral

O procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, disse que o Projeto de Lei que busca impedir que presos façam acordos de colaboração premiada "não faz sentido".

O PL 4.372/16 está sendo patrocinado por Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, e tramita em regime de urgência, sem passar por comissões.

Durante evento do Ministério Público Federal (MPF) com a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Paulo Gonet criticou o projeto.

O presidente da República nunca se mete nas decisões do Copom e do Banco Central. O [Henrique] Meirelles tinha autonomia comigo tanto quanto tem esse rapaz de hoje. Só que o Meirelles era uma pessoa que eu tinha o poder de tirar, como o Fernando Henrique Cardoso tirou tantos. Aí resolveram entender que era importante colocar alguém que tivesse um Banco Central independente e que tivesse autonomia. Ora, autonomia de quem? Autonomia para servir a quem? Autonomia para atender a quem?", questionou.

Conforme o presidente, só de juros no ano passado, foram pagos R\$ 790 bilhões. De desoneração, foi deixado de receber R\$ 536 bilhões. "Sempre que discutimos corte, a imprensa fala muito: 'Vai aumentar o salário mínimo, é gasto, vai aumentar o [salário do] professor, é gasto'. E por que não transformar em gasto a taxa de juros que pagamos?", questionou.

Lula afirmou ainda que o momento histórico exige sensibilidade para que as pessoas percebam que seu governo está tentando elevar o padrão de vida das pessoas mais humildes, mas disse que os mais ricos não aceitam que os mais pobres "subam um degrau".

Não houve uma única unidade sublevada", afirmou.

Ele ainda argumentou que "a única condição viável é a da democracia". "Nós não temos o direito de usar o Exército para atividades que contrariam nossa função precípua estabelecida na Constituição", enfatizou.

DOCUMENTO

Segundo jornal Folha de S.Paulo, o Exército preparou um documento contra os ataques aos benefícios de militares das Forças Armadas, como sugerido por ministros do TCU (Tribunal de Contas da União) e integrantes do governo.

O documento será enviado a membros da equipe econômica do governo.

De acordo com o documento, o Exército afirma que os militares têm menos direitos que os civis durante a carreira e, para compensar, devem ter benefícios ao ir para a reserva - entre eles, a manutenção do salário integral.

"A integralidade e a paridade dos vencimentos dos militares, portanto, são ações afirmativas por parte do Estado brasileiro, que visam a garantir a igualdade material entre civis e militares [...]. Isso pode ser comparado a outras ações afirmativas que visam corrigir desigualdades históricas e estruturais", diz a Força.

O Exército destaca alguns direitos que os militares não possuem, como o recebimento de horas extras, adicional noturno e sindicalização. E reforçam que a carreira exige dedicação exclusiva e mudanças de cidade constantes.

Para o Exército, as particularidades do ofício fazem com que o tratamento especial na reserva seja um "reconhecimento justo e merecido pelo serviço prestado pelos militares".

"O regime jurídico distinto que rege os militares das Forças Armadas não implica em privilégios imerecidos; pelo contrário, visa apenas mitigar as desvantagens impostas a esses profissionais pelas particularidades da profissão militar", sustenta.

"Impedir que a pessoa que esteja presa faça delação premiada, para mim, não faz sentido", afirmou.

"Se essa prisão é legítima, desde que esse preso tenha ou esteja acompanhado de um advogado, alguém que exerce uma função essencial à Justiça pela Constituição, e vai ter a sua delação premiada homologada por uma autoridade judiciária, que não participa do processo da delação, parece que estão preenchidos todos os requisitos de segurança", argumentou.

Margem Equatorial: "Brasil não pode abrir mão da sua soberania energética", defende ministro

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, cobrou do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) celeridade para a liberação da exploração de petróleo de um bloco na Margem Equatorial e disse que a Petrobrás "deve ser indutora do crescimento nacional".

"Nós temos que avançar e ter o diagnóstico e soberanamente decidirmos sobre a exploração ou não dessas potencialidades. Essa é a minha visão como ministro de Minas e Energia e posso afirmar que é a visão majoritária no governo do presidente Lula", declarou Silveira em uma reunião da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Alexandre Silveira contou que o Ministério está engajado em ações de transição energética, mas não é possível "precisar em quanto tempo a gente vai efetivamente abrir mão dos combustíveis fósseis e eles são uma fonte energética ainda fundamental para todos os países, especialmente os em desenvolvimento".

A renda do petróleo, continuou, é importante "para combater a miséria, fome, investir em educação, saúde. Então é fundamental que a gente continue tendo o direito de conhecer as nossas potencialidades".

Durante a reunião, o ministro comentou especificamente sobre o bloco FZA-M-59, que fica a 500 quilômetros da foz do Rio Amazonas. Os estudos da Petrobrás mostram que o bloco pode ter mais de 5,6 bilhões de barris de petróleo.

Pastores criticam “PL do Estuprador” e “ala político-religiosa sorrateira”

Em encontro com ministro Silvio de Almeida, religiosos saudaram diálogo com o governo e repudiaram PL bolsonarista que persegue as vítimas de estupro

Durante evento da Igreja Batista da Água Branca, na zona oeste de São Paulo, na sexta-feira (21), ao discursar, lideranças religiosas criticaram a manipulação, por parte de um segmento evangélico com “ambições escusas” que “age sorrateiramente”.

“Esse povo foi descoberto por uma ala político-religiosa com ambições escusas. Eles aprenderam nossas linguagens e enredaram sorrateiramente as mentes das massas”, disse Zé Marcos Silva, pastor de Coqueiral (PE), em uma alusão a pretensões religiosas como Silas Malafia, ferrenho apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O evento “Conversas Pastorais” reuniu pastores e líderes evangélicos e contou com a presença do ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, cuja participação atraiu fiéis de outras igrejas e o público em geral ao encontro. Entre os pontos citados no ato religioso, estavam: o direito à educação, o combate ao racismo e à violência contra a mulher e direitos para população carcerária e de rua.

Continuando, Zé Marcos disse ao ministro que os evangélicos esperam “um sinal como este há no mínimo 20 anos”. “O povo evangélico desse país espera um sinal como este há no mínimo 20 anos, ministro. Nós fomos abandonados no recanto mais sombrio do mundo da política (...)”. “Os direitos humanos são um ponto em comum entre a política e a religião” quando “ambas são sérias, e Deus posicionou o senhor exatamente nesta bifurcação”, afirmou.

Em sua fala, com menções a passagens bíblicas, Almeida destacou a ligação do cristianismo com os direitos humanos. “Um verdadeiro cristão pode odiar os oprimidos? Pode um verdadeiro cristão odiar os que vivem ameaçados, os que vivem com fome, odiar os que vivem com medo de serem espancados?”. “[...] Pode a religião que cultua um homem que morreu torturado defender aqueles que andam com camisas com o nome de um torturador?”, questionou, conquistando aplausos do público.

O ministro criticou também a tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 1904, conhecido como PL do Aborto ou PL do Estuprador. “Quem defende uma polícia violenta não é amigo dos policiais, é inimigo dos policiais, porque está em engano. Está envenenado pela ideologia do ódio quem quer que uma mulher que foi estuprada seja presa”, afirmou.

COAM MOSQUITO E ENGOLEM CAMELO

Ed René Kivitz, pastor da Igreja Batista, responsável pelo convite para o ministro discursar

no encontro, também criticou o PL. “Você têm uma ética seletiva. Coam mosquito e engolem camelo. Querem colocar na prisão meninas de 13 anos que praticaram aborto depois da 22ª semana, mas diante da realidade do Brasil isso é um mosquito”, disse.

Kivitz foi uma das poucas lideranças evangélicas a se pronunciar publicamente contra a reeleição de Bolsonaro. Sua igreja é conhecida no meio evangélico por ser mais progressista. “Jesus está dizendo ‘vocês estão coando mosquito e engolindo camelo. As ruas de vocês estão ensanguentadas. A infância de vocês está abandonada. Os pobres de vocês estão à míngua, e vocês fazendo jogo político e disputa de poder brincando com vidas humanas.’”

O líder batista também citou os fiéis que encampam o radicalismo presente no discurso da extrema-direita. “A religião fundamentalista não se sustenta. A religião legalista, hipócrita, mentirosa, desumana não se sustenta”, afirmou.

Em vídeos postados nas redes, o pastor chamou a bancada evangélica do Congresso de “cambada evangélica”, numa crítica aos representantes de evangélicos e protestantes na principal Casa Legislativa do país.

Kitz, que vem ampliando sua audiência na Internet, desperta a ira de líderes evangélicos conservadores e alas bolsonaristas por sua visão progressista do mundo. Ele condena, por exemplo, “a violência que o bolsonarismo trouxe ao Brasil” e defende tratamento inclusivo à comunidade LGBT+.

Por sua vez, a pastora Regina Célia Barbosa defendeu a necessidade ações para enfrentar a “violência institucional”, situações em que a vítima é submetida a episódios de agressão moral por parte de agentes públicos. Um exemplo disso é o caso Mari Ferrer, em 2020.

Durante audiência no Tribunal de Justiça de SC (TJ-SC), a jovem foi humilhada pelo advogado do empresário que a estupro. O juiz Marcos Hudson, que conduzia a sessão, nada fez para repreender o agressor. O episódio levou à edição da lei Mari Ferrer, em novembro de 2021. A norma pune atos contra a dignidade de vítimas de violência sexual e das testemunhas do processo durante julgamentos.

“É necessário também investir em formação de combate à violência institucional. E assíduo, ministro, é algo que vai em todas as redes de comunicação, porque está havendo muita homofobia, transfobia, racismo, violência contra a mulher. E nós, que somos uma igreja viva, que serve a Jesus de Nazaré, fazemos o acolhimento, e o mundo desacolhe, a gente faz o acolhimento, e o Estado desacolhe”, defendeu a religiosa.



Evento “Conversas Pastorais” reuniu pastores e líderes evangélicos e contou com a presença do ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania,



Tarcísio de Freitas pretende realizar uma excursão aos EUA e Europa para oferecer patrimônio do povo de São Paulo e privatizá-la até 22 de julho

Tarcísio encaminha assalto contra SP oferecendo Sabesp para privatização

O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) lançou, na sexta-feira (21), uma nova etapa para entregar o saneamento básico do Estado de São Paulo para o mercado financeiro. O objetivo do privatista, que ignorou a vontade da população e conduziu um processo ilegal e violento para vender as ações da Sabesp.

De acordo com cronograma divulgado pela secretária do Meio Ambiente, Logística e Infraestrutura, Natalia Resende, o acionista de referência da Sabesp será informado no dia 16 de julho próximo. A expectativa de Tarcísio é que a privatização da Sabesp seja concluída até o dia 22 de julho.

Já na próxima segunda-feira (24), empresas interessadas em assumir o controle da companhia poderão se credenciar na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, para participar do leilão da companhia. O processo de credenciamento vai até sexta-feira (28).

Das empresas credenciadas, as duas que oferecerem maior valor pela ação da Sabesp serão habilitadas a participar de um leilão, marcado para o dia 15. O leilão vai definir quem ficará com 15% das ações da estatal.

Paralelamente a isso, a partir do dia 1º de julho, será aberta a venda de mais 17% das ações da Sabesp para investidores e até pessoas físicas.

A empresa vencedora

do leilão e os investidores que demonstrarem interesse de comprar ações pulverizadas da estatal finalizarão a compra no próximo dia 22.

As ações também serão oferecidas a investidores estrangeiros a partir desta segunda-feira (24). Tarcísio viaja para os Estados Unidos neste fim de semana para oferecer a estatal responsável pela água de São Paulo para gringos. Já no dia 1º de julho as ofertas serão feitas na Europa e, entre 8 e 12 de julho, no Brasil.

A partir daí, o governo de São Paulo, que hoje detém pouco mais de 50% das ações da companhia, passará a ter somente 18%, abdicando assim do controle e dos lucros da empresa paulista.

Com a proposta privatista, a Sabesp será comandada pela empresa que ganhar o leilão e ela terá direito a indicar três nomes para o conselho, que será composto por nove membros. Além disso, ela indicará o presidente.

Tarcísio definiu que o governo de São Paulo, terá mais ações que a empresa vencedora do leilão, e também indicará três membros do conselho, porém o representante dos cidadãos paulistanos não poderá se posicionar sobre o presidente do Conselho. Outros acionistas também terão direito a indicar três membros.

“O governo de São Paulo tem feito tudo o que mercado quer para viabilizar a privatização”, afirmou Edson Aparecido

da Silva, secretário executivo do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas), ao criticar o governo Tarcísio por dar o direito de uma empresa indicar o presidente do conselho gestor mesmo o Estado de São Paulo tendo mais ações que ela.

Todo processo de privatização da Sabesp é marcado pela pressão e ilegalidade. Tarcísio pretende antes da privatização concluir a eleição municipal porque sabe que o panorama político após o pleito tende a inviabilizar a entrega da estatal.

Para privatizar a Sabesp, Tarcísio ignorou debates e até leis vigentes em São Paulo que exigem esses debates para mudar a legislação e permitir a venda da estatal. A Constituição do estado determina que o serviço de água e esgoto do estado precisa ser gerido sob controle estatal. O projeto de lei enviado pelo governo para a Assembleia Legislativa de São Paulo foi aprovado sobre violenta repressão de policiais para impedir a manifestação da população, que é majoritariamente contrária à venda.

Segundo levantamento do Instituto Quaest, 52% dos moradores do Estado de São Paulo se opõem contra a venda da empresa de saneamento básico e 36% se declararam a favor. (4% não são “nem contra e nem a favor” e 8% não quiseram responder).



Deputado Mendonça Filho foi ministro da Educação de Temer

Mendonça quer sabotar texto aprovado no Senado que retoma a formação básica do Ensino Médio

O deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), ex-ministro da Educação do governo Temer, responsável pela deformação da educação intitulada como “Novo Ensino Médio”, prometeu lutar para derrubar o texto aprovado no Senado que restabeleceu a Política Nacional do Ensino Médio, com ampliação da carga horária e o retorno da Formação Geral Básica para os estudantes da escola pública.

Mendoncinha, como é chamado nos corredores da Câmara dos Deputados, pretende retomar a versão do projeto que havia sido aprovada pelos parlamentares em uma manobra conduzida por ele junto ao presidente da Casa, Artur Lira, em março deste ano. Seu texto, anulou o projeto enviado pelo governo federal e retomou os ataques à educação do “Novo Ensino Médio”, que ao invés das matérias obrigatórias, passou a priorizar os chamados “itinerários”, focados no empreendedorismo e que na lógica privatista, para formar mão de obra para empresas como Ifood e Uber.

Na noite desta quarta-feira (19), o Senado Federal aprovou por unanimidade o projeto de reforma do Ensino Médio alterado pela senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), que buscou corrigir as deformações ao projeto realizadas por Mendonça Filho e restabeleceu carga horária anual de 2,4 mil horas para a Formação Geral Básica, com conteúdo das matérias do currículo obrigatório e de 600 horas para as matérias específicas, além de incluir o espanhol como disciplina obrigatória.

A discussão sobre a carga horária voltada às disciplinas básicas, conhecida como Formação Geral Básica, foi o principal alvo das mobilizações de estudantes, professores e especialistas em educação, que lutam para derrubar o famigerado “Novo Ensino Médio”, modelo privatista de educação adotado por meio de uma Medida Provisória durante o governo Michel Temer, cujo ministro da Educação era justamente Mendonça Filho.

A senadora Dorinha considerou ainda que o projeto é fruto de uma discussão coletiva e que, apesar dos avanços, é necessário garantir os investimentos para a educação básica.

“A partir das audiências públicas, ouvindo professores, entidades, instituições, estudantes, nós organizamos um texto que fortalece o ensino médio. O texto amplia a carga horária da formação geral básica, mas mais do que isso os itinerários formativos passam a ter uma orientação que deve ser definida pelo Conselho Nacional de Educação. O texto não atende a todos os desafios, precisamos de mais investimentos nas escolas de educação básica”, avaliou Dorinha.

A parlamentar atendeu ao apelo de parte da comunidade educacional e com as mudanças, todos os alunos terão o mesmo número de horas de Formação Geral Básica (FGB), 2,2 mil horas, dentre outras mudanças.

VAMOS LUTAR PARA MANTER O TEXTO

Estudantes, lideranças dos movimentos da Educação e parlamentares comprometidos com o povo prometem mobilização em defesa do texto aprovado no Senado. Para a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) defendeu que a Câmara acate as alterações da do Senado.

“Após diálogo e muito trabalho, o novo texto estabelece carga horária de 2.400 horas para disciplinas obrigatórias e espanhol como língua obrigatória. Agora, a proposta volta para a Câmara dos Deputados onde iremos lutar pela manutenção do texto vindo Senado e pelo fim do Notório Saber. Nossa luta continua!”, afirmou a deputada.

Os estudantes prometem mobilização para manter as conquistas no Senado e levar a matéria à sanção presidencial. O presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Hugo Silva, comemorou a aprovação do texto.

“A gente conseguiu garantir que o relatório da professora Dorinha (Seabra, senadora do União-TO) mantivesse as 2.400 horas, que foi algo que a gente garantiu na Câmara, além disso a gente conseguiu uma conquista importantíssima, que foi a inclusão do espanhol como 13ª disciplina obrigatória. Então a gente avalia que esse relatório apresentou muitos avanços em relação à revogação, e a gente tem dado passos largos para chegar no nosso objetivo, que é de revogação total”, disse ao portal Vermelho.

O coordenador da Campanha Nacional da Educação, Daniel Cara, defendeu que “a posição do Governo, da oposição responsável, das/dos estudantes, das educadoras e dos educadores seja em favor do texto do Senado Federal”.

66% da população brasileira é contra “PL do Estuprador”, aponta Datafolha

A maioria da população brasileira se manifestou contrária ao Projeto de Lei 1.904, do bolsonarista Sóstenes Cavalcante, que criminaliza mulheres vítimas de estupro que realizarem aborto após a 22ª semana de gestação e equipara o aborto ao crime de homicídio, mesmo em caso de estupro.

Pesquisa Datafolha divulgada na última quinta-feira (20) mostra que de cada três brasileiros, dois são contra o Projeto de Lei que foi batizado de “PL do Estuprador”, por propor uma pena de 20 anos às vítimas, enquanto a pena de estupradores vai de 6 a 10. Isso quer dizer que 66% dos entrevistados são contra. Outros 29% são favoráveis à proposta, 2% disseram que são indiferentes e 4% não sabem.

A pesquisa aponta que 69% das mulheres e 62% dos homens afirmam ser contra o PL 1.904, enquanto 34% dos homens e 25% das mulheres apoiaram a iniciativa. A urgência da medida foi aprovada a toque de caixa na quarta-feira passada na Casa Legislativa e alvo de amplo repúdio da sociedade. Milhares de pessoas foram às ruas para se manifestar em defesa das vítimas e contra a manobra bolsonarista.

A posição contrária ao projeto prevalece em todos os estratos socioeconômicos da população, incluindo aqueles que defendem uma maior restrição sobre o tema. Isso inclui os mais velhos (72%), os menos escolarizados (68%), e ainda de acordo com pesquisa Datafolha, 57% dos evangélicos e 68% dos católicos também são contrários à proposta.

São favoráveis ao projeto 37% dos evangélicos e 28% dos católicos. Entre os que se declaram católicos, 1% é indiferente ao tema e 3% não sabem opinar. Entre os evangélicos, os percentuais são de 2% e 5%, respectivamente.

Ainda segundo a pesquisa realizada, foi questionado sobre o conhecimento do teor do projeto. 56% dos entrevistados afirmaram conhecer. 44% disseram desconhecer.

O levantamento realizado pelo Datafolha entrevistou um total de 2.021 pessoas com idade a partir de 16 anos, abrangendo 115 municípios em todo o Brasil. As entrevistas foram conduzidas nos dias 17, 18 e 19 de junho. A pesquisa tem margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

No Brasil, o aborto é permitido por lei em casos de estupro; de risco de vida à mulher e de anencefalia fetal (quando não há formação do cérebro do feto). No entanto, a realização do aborto após as 22 semanas de gestação implica a utilização de uma técnica chamada assistolia fetal, que gera grande polêmica no país.

Centrais: 'Manutenção da taxa de juros nas alturas é um desastre'

Sob protestos, Copom decidiu manter a taxa básica de juros em 10,5%, na última reunião

As centrais sindicais criticaram a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter a taxa básica de juros (Selic) em 10,5%. Com a manutenção, o Brasil continua a ter a segunda maior taxa de juro real do mundo, 6,54%.

Em nota assinada pelo presidente Miguel Torres, a Força Sindical destacou que "o aperto monetário do Banco Central está asfixiando não só a atividade económica, a produção industrial e a geração de novos postos de trabalho, mas também compromete o consumo das famílias". "A manutenção da taxa em 10,50% a.a. é um verdadeiro desastre para a economia do País, mantendo o Brasil com o 2º maior juro real do mundo e um prêmio aos especuladores", destaca Miguel Torres.

O presidente da Força destaca que os juros altos inviabilizam o desenvolvimento, restringem o potencial de crescimento do Brasil, bem como os investimentos em políticas públicas como educação, saúde e infraestrutura. "Enquanto isso, os banqueiros lucraram 26 bilhões de reais só no último trimestre. Baixar os juros é fundamental para a retomada do crescimento sustentável, com inclusão do povo trabalhador na economia para além da mera subsistência", continua a nota.

O economista da subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Gustavo Cavarzan, afirma que a Selic aumenta os encargos da dívida pública e deixa o crédito mais caro para as empresas e para a população. "Juros altos prejudicam

o governo, com aumento de custos no pagamento dos títulos da dívida pública, reduzindo recursos para outras áreas importantes, como saúde e infraestrutura. A Selic também influencia nos juros de todo o sistema financeiro, com isso, o crédito fica mais caro para famílias e empresas, aumentando o endividamento e, ao mesmo tempo, impedindo investimentos na economia real e, portanto, na criação de mais empregos", destaca.

A vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Juvandina Moreira, destacou que o Brasil segue com a inflação sob controle e, portanto, não cabe como justificativa do Copom a manutenção do atual patamar dos juros. "Os principais beneficiários com a Selic elevada são os detentores dos títulos da dívida pública, que atualmente são as instituições financeiras", disse.

"Usar o argumento de se preparar para expectativas futuras de inflação maior é uma falácia. A manutenção da Selic alta é proibitiva ao crescimento económico e apenas reafirma que o órgão é suscetível às pressões do mercado financeiro e, assim, desvia das responsabilidades para com o país", completou Juvandina.

Para a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), "um país onde os juros estão entre os maiores do mundo, os brasileiros sentem diretamente no bolso os impactos da Selic em alta, o que prejudica, principalmente, a população mais vulnerável. Enquanto uma minoria abastada lucra com aplicações financeiras, a maioria luta para pagar contas básicas. O custo de vida elevado, aliado a salários baixos, amplia a desigualdade social", ressalta a entidade.

Docentes encerram greve marcada por mobilização nacional e intransigência do governo federal em negociações

Após uma intensa mobilização, com uma greve que atingiu mais de 60 universidades e institutos federais em todo o país desde 15 de abril, os docentes decidiram aceitar a proposta de reajuste e reestruturação de carreiras apresentada pelo governo no início de junho.

O movimento foi marcado pela intransigência do governo em relação à reivindicação salarial da categoria, que queria aumento ainda este ano, embora tenha cedido em outras, como a recomposição parcial do orçamento das instituições federais, reestruturação de carreiras, com aumento das progressões (valorização por tempo de serviço), e uma Mesa Setorial Permanente de Negociação do Ministério da Educação (MEC). O governo também aceitou a revogação de uma portaria, editada no governo Bolsonaro, que elevou a carga horária mínima semanal para professores.

A proposta acatada pelos professores das federais prevê reajustes em 2025 e 2026, com percentuais diferentes para cada classe profissional. Para Jennifer Webb, 1ª tesoureira do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), a mobilização da categoria avançou, superando grandes desafios. "Caminhamos os passos que nossa categoria organizada e mobilizada conseguiu dar em um contexto de dificuldades de articulação e de necessidade de organização da classe trabalhadora", avalia.

Ainda segundo Jennifer, "essa greve marca a história como aquela que avançou mesmo com a intransigência e a negativa por parte do governo".

Com a decisão, aprovada em assembleias da categoria em todo o país



Decache critica ataques de Haddad a benefícios sociais

Na última semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu a implementação de uma agenda de corte de gastos, declarando que "voltam à mesa de discussão" temas como correção de benefícios, redução de gastos públicos e limites ao crescimento real dos pisos da saúde e educação. As declarações têm gerado reações de setores da sociedade, que alertam para o risco de um grave archo sobre as áreas sociais mais sensíveis, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e abono salarial, que atendem pessoas em situação extrema pobreza.

Em entrevista ao HP, o economista David Decache afirmou que essas áreas já estão sob risco desde a aprovação do Novo Arcabouço Fiscal (NAF), que criou uma incompatibilidade entre o crescimento dos pisos constitucionais e o novo teto de gastos. "A saúde e a educação, conforme prevê a Constituição de 1988, na sua forma atual, possuem uma taxa de crescimento muito maior do que a taxa de crescimento máximo permitida pelo NAF. É como se o NAF fosse um caminhão correndo a 70 km/h, um grande caminhão, que é o novo teto de gastos, e, atrás, a saúde e a educação correndo a 100 km/h. Ou seja, os carros da saúde e da educação vão bater nesse grande caminhão. Porque eles estão com uma velocidade muito maior do que esse caminhão está permitindo".

"Eles criaram propositalmente uma incompatibilidade matemática, que é a seguinte: no NAF, os gastos totais podem crescer apenas 70% do que cresceram as receitas. Só que hoje, na Constituição, os gastos com saúde e educação devem crescer, no mínimo, pelo menos 100% do que cresceram em suas receitas. Então é preciso reduzir essa velocidade, de 100 km/h para, pelo menos, 70 km/horas, ou menos. Esse é o primeiro ponto. As duas principais áreas mais afetadas são saúde e educação", afirma o professor.

"Há uma terceira também, da mais alta importância, que são os benefícios da Previdência Social, que hoje são atrelados ao salário mínimo e destinados a pessoas com deficiência e, cumulativamente, em situação que extrema pobreza, e idosos em situação de extrema pobreza. O que acontece? Como a taxa de crescimento do salário mínimo também é muito mais alta que a taxa de crescimento máxima permitida pelo NAF, eles precisam desindexar esses pisos da Previdência Social e o salário mínimo do BPC, para reduzir o crescimento dessas despesas ao longo dos anos. Logo, quais são as áreas que serão atacadas, a partir do que foi aprovado no Novo Arcabouço Fiscal, e que boa parte da esquerda votou a favor e defendeu como uma política moderada, que forçaria a tributação dos mais ricos, que foi uma das maiores falácias da história?"

"O Novo Arcabouço Fiscal impõe uma significativa redução das despesas ao longo dos anos com saúde, com educação, com os mais pobres da Previdência Social, que vão deixar de ganhar um salário mínimo. Se essa regra, proposta pela Simone Tebet, estivesse valendo desde 2003, para o BPC, para pisos da Previdência Social, hoje os beneficiários em situação de extrema pobreza estariam recebendo R\$ 850. Ao passo que o salário mínimo está em R\$ 1.412. Se fosse corrigido só pela inflação, eles receberiam R\$ 850, enquanto o salário mínimo tem uma política de valorização real. Jogaria as pessoas para a mais absoluta situação de miséria. Definitivamente é um ataque que Simone Tebet declara às pessoas em situação de extrema pobreza, tira a dignidade, reduzindo para muito abaixo do salário mínimo, enquanto o Haddad dá preferência em atacar o SUS e as universidades via redução dos mínimos constitucionais", afirma.

"META ZERO"

Decache falou também sobre a meta de "déficit zero", defendida por Haddad. Para o economista, "é uma meta de primário que não é feita para ser cumprida", adotada para se aplicar um archo ainda maior sobre setor público, porque "se você não cumprir metas de primário, no primeiro ano, o governo fica impedido de dar reajuste para servidores públicos acima da inflação. No segundo ano, fica impedido de recompor, inclusive, a inflação. Deverão ser congelados os reajustes para servidores públicos".

"O que isso significa? Se o Haddad coloca uma meta de primário inalcançável, ele consegue forçar ataque a servidores públicos, lavando as mãos, falando o seguinte: olha esse ataque não é proveniente da minha vontade, mas ele foi dado por força da lei. Essa é uma armadilha que é muito pouco discutida. Isso é muito pior do que o tripé macroeconômico do FHC. Definitivamente, matematicamente", afirma.

"Além disso, hoje a regra do NAF permite que os gastos tenham uma taxa de crescimento equivalente a 70% da taxa de crescimento das receitas, mas se não cumprir a meta de primário, a taxa de crescimento de gastos vai ser apenas 50% da taxa de crescimento das receitas. Ou seja, eu adoto uma meta que eu não vou cumprir, mais alta do que a que eu planejo cumprir, e isso faz com que, no ano seguinte, o ajuste fiscal seja ainda mais rigoroso, mais profundo. Eu intensifico a austeridade fiscal. Essa é a lógica da 'meta zero', que quase ninguém tem discutido no Brasil e é gravíssimo".

JUROS

"Obviamente, um estado, quando se trata de dívida na sua própria moeda, ele não tem risco de crise fiscal. Tem risco de crise fiscal quando ele está endividado em uma moeda que ele não emite. É o caso da crise da dívida externa nos países periféricos durante os anos 80. Quando se trata de dívida doméstica, esse risco não está posto, do ponto de vista técnico. Por outro lado, nós percebemos claramente que esse risco ainda existe quando nós vemos que o pagamento de juros da dívida pública se dá rigorosamente na sua data, não há nenhuma hipótese de calote e não há nenhuma restrição orçamentária para que esses pagamentos - hoje na casa dos R\$ 700 bilhões por ano, mais do que o dobro dos pisos da saúde e da educação somados - sejam pagos. Ou seja, aceita-se o pressuposto de que o Estado tem dinheiro. Para os gastos sociais, o pressuposto é exatamente o oposto, de que o Estado não tem condições de sustentar nenhum déficit que seja".

Leia a íntegra em horadopovo.com.br



Manifestação das centrais denunciou sabotagem de Campos Neto ao país

'Sem indústria não existe nação', por Carlos Pereira

No dia 11 de junho a CTB, junto com o HP, patrocinou um incomum seminário entre as confederações de trabalhadores na indústria e a Confederação Nacional da Indústria, patronal. A reindustrialização do país foi o motivo da unidade tão singular. Creio que alcançamos o consenso em três bandeiras prioritárias, que são a redução dos juros a níveis internacionais, preferência para as compras do Estado às empresas com conteúdo nacional e financiamento para empresas nacionais a juros decentes. (Veja em Trabalhadores e empresários debatem frente nacional pela reindustrialização do país).

O Brasil tem uma das maiores taxas de juros do mundo. O Estado é um grande consumidor de produtos produzidos pela indústria. O BNDES é um banco de fomento com muita liquidez. Acho que com essas medidas e, é evidente, uma boa estratégia de política industrial, o governo reindustrializa o país e cria condições de reduzir o desemprego e elevar o poder de compra do salário mínimo. Também é de igual importância o Estado dar prioridade e zerar o déficit de creches, para cuidar das crianças e liberar as mulheres ao mercado de trabalho.

Tem que revogar qualquer teto para investimento. E é bom o Haddad ficar esperto. Aliás, as decisões principais no sentido da retomada do desenvolvimento estão dentro do próprio governo: flexibilizar metas exageradas de inflação, definir políticas fiscais expansionistas ao invés de políticas restritivas, reduzir os juros dos bancos públicos, fazer a Petrobrás praticar preços de custo e não o de paridade com importação etc.

Estou seguro que, com a retomada do crescimento e uma frente ampla de trabalhadores e empresários, dando atenção e beneficiando parcerias com os deputados, o país seguirá em frente com o apoio do Poder Legislativo. Soma-se a isso um presidente com a liderança que tem o Lula, convocando o povo. Dá para ir à luta. Tais medidas favorecem a 9/10 dos brasileiros, menos os banqueiros e as multinacionais. O fato é que esse é o melhor caminho a seguir.

Se não for por este caminho, o que pode ocorrer? O fascismo e a barbárie ganham as eleições. Os fascistas são entreguistas e puxa-saco dos estrangeiros, principalmente

dos EUA. E aí, sem indústria, sem emprego, é a desagregação da Pátria. Portanto, é nossa obrigação alertar a todos os brasileiros. Nós já vimos do que são capazes os fascistas. Os esgotos foram abertos. Eles estão soltos por todo lugar. Na pandemia foram 700 mil mortos, no dia 8 de janeiro barbarizaram o STF e o Congresso e o Planalto. E bom não brincar em serviço.

Tem algumas pessoas afirmando que a indústria está submetida aos bancos e ao capital estrangeiro, no sentido de que está comprometida com essa política neoliberal. Eu diria que a indústria está sufocada, independente da consciência que tenha disso. Depois dos trabalhadores, é quem mais perdeu com essa política. O chamado 'Consenso de Washington' e o seu tripé macroeconômico, as taxas de juros exorbitantes, o escancaramento do país aos capitais especulativos, a invasão de produtos estrangeiros, a total concentração do esforço nacional de nossa economia, dos saldos comerciais com as commodities, em fazer o superávit primário para pagamento de juro, isso é uma política anti-indústria, pró-banqueiros, pró-capital estrangeiro. Um ganha muito e o outro perde muito. E só ver o resultado de 1990 para cá.

Essa corrente de intelectuais e economistas consideram que, mesmo em segundo plano, sobra o suficiente para uma convivência pacífica entre industriais e banqueiros. Na prática o quadro é muito mais grave que mil teorias. A questão é de sobrevivência. O Brasil, nos últimos 13 anos, teve crescimento zero. Do Consenso de Washington para cá, o crescimento foi, na média, menos de 2%. Comparado com desempenho do restante do mundo, o país perdeu 63% em expansão do PIB. A taxa de investimento está em 16%, na China é 40%. A participação da indústria de transformação no PIB está em menos de 10%. São números muito ruins.

Para os trabalhadores a situação é ainda mais grave. Os 10% mais ricos concentram 51% de toda renda nacional. O salário mínimo, segundo o Dieese, é 20% do necessário para o sustento de uma família de 4 pessoas. Metade da mão de obra está na informalidade, sem direito algum. Quem está empregado, com as reformas trabalhista e da previdência, perdeu dezenas de direitos da legislação trabalhista e tem que trabalhar por pelo menos

mais dez anos para se aposentar. As condições de vida são trágicas. O sistema de saúde público está depenado, nos locais de moradia as milícias disputam o domínio com o tráfico de drogas. A educação é deslocada da produção. Dois milhões de crianças não têm acesso às creches. O déficit habitacional totaliza 6 milhões de domicílios.

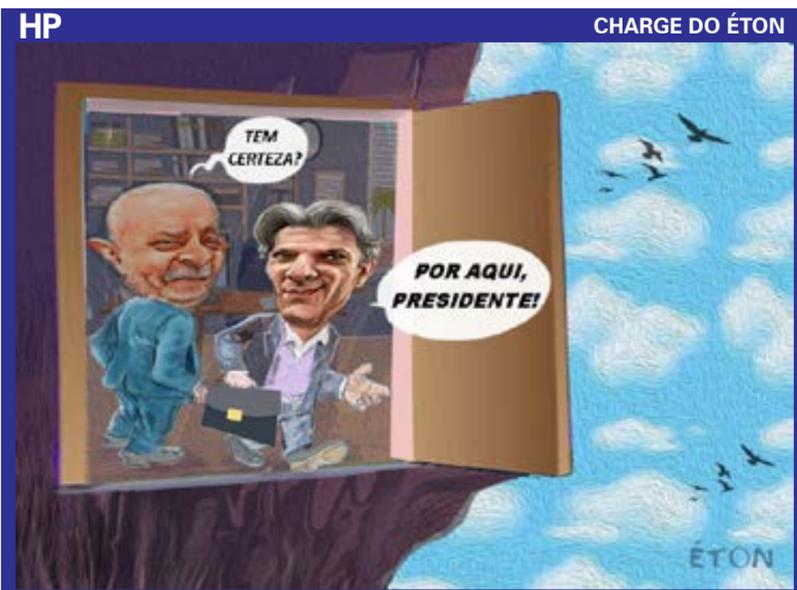
Os pessimistas dizem que sempre foi assim. Foi nada. Isso é ignorância. De 1930 a 1980, o Brasil foi o país que teve maior crescimento econômico no mundo, cresceu em média 7% ao ano. Na década de 1980, o PIB brasileiro era maior que o da China e da Coreia do Sul juntos. Os chineses vieram aqui para estudar a economia brasileira. Aprenderam direitinho. Naquele ano, a indústria era 30% do PIB, a taxa de investimento era de 25%. A CLT era uma das melhores legislações trabalhistas do mundo. As entidades sindicais tinham direito a arrecadação para financiar a luta.

Patrões e trabalhadores estão acostumados a brigar, mas essa hora é de unidade. O seminário foi muito positivo neste aspecto. Criou uma empatia grande entre as confederações de trabalhadores da indústria, a CTB e o Lucchesi, da CNI. Além do que, como já disse, é uma questão de sobrevivência. O Brasil precisa voltar a crescer, se desenvolver. Para isso, precisa reindustrializar, precisa ter investimento público. O Estado tem esses recursos. Eles estão sendo esterilizados na especulação financeira. Nos últimos 12 meses o governo gastou R\$ 776 bilhões só com juros da dívida. O dinheiro público precisa ir para a produção e para melhorar as condições de vida do povo.

Este seminário foi muito importante para o futuro do país. Foi um primeiro contato entre a indústria e as organizações sindicais do setor para discutirem o interesse comum que é o crescimento econômico do país e foi coroado de êxito. Daí a importância do evento. Eu creio que está nascendo algo novo, com muita força, mas como tudo que é novo, precisa de muita atenção no início.

CARLOS PEREIRA

Repórter Especial do HP e Coordenador do Seminário Nacional pela reindustrialização do Brasil



Mobilização mundial conquista liberdade do jornalista Assange



Ato em Bruxelas contra massacre de Israel

Bruxelas se recusa a sediar jogo entre Bélgica e Israel

“Levando em consideração a situação dramática no Oriente Médio, a Câmara Municipal de Bruxelas considera impossível organizar essa partida de alto risco em seu território”, explicou a prefeitura, ao apresentar a decisão de recusa do jogo Bélgica-Israel adotada pela Câmara da capital belga.

Na justificativa à recusa, a Casa Legislativa Municipal destaca que a presença da seleção israelense provocaria intensas manifestações no município e alega “razões de ordem pública” para evitar a partida em seu território. Portanto, afirmam as autoridades de Bruxelas, um jogo entre os dois países no estádio Roi-Baudouin, localizado na capital, poderia provocar tumultos, o que colocaria em risco a vida de torcedores e cidadãos comuns da cidade.

O jogo estava previsto para o dia 6 de setembro e é válido pela UEFA. Israel disputa o campeonato europeu uma vez que não consegue participar de disputas no Oriente Médio pois os países árabes se recusam a atuar em eventos esportivos com equipes representantes do regime de apartheid de Israel.

Bruxelas, assim como todas as capitais europeias, tem sido palco de manifestações massivas em repúdio ao massacre perpetrado pelas tropas de invasão, extermínio e ocupação israelenses, manifestações que se intensificaram com a razia em Rafah, ao sul da Faixa de Gaza onde se abrigam em prédios, casas e acampamentos de tendas, mais de um milhão de palestinos com o morticínio superando as 37 mil vítimas fatais de civis palestinos.

Uma das exigências dos manifestantes, artistas, trabalhadores e intelectuais, que se mobilizam em solidariedade aos palestinos por todo o Planeta, é que seja seguido o exemplo do amplo boicote à África do Sul, com os cidadãos negros submetidos ao regime de Apartheid, movimento adotado pela maioria das nações e que foi um apoio eficaz para pôr fim àquele regime racista e contribuir para levar ao poder o líder da luta contra o racismo sul-africano, Mandela.

Agora, com o morticínio diário não só em Gaza, mas se estendendo à Cisjordânia, o apelo começa a ser atendido e, particularmente, as universidades de diversas cidades em diferentes países, já boicotam intercâmbio com entidades israelenses e desinvestem em empresas e entidades educacionais de Israel.

Mundo não pode permitir que Líbano seja invadido por Israel, afirma secretário-geral da ONU

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, reiterou na sexta-feira (21) que o mundo “não pode permitir que o Líbano se torne outra Gaza.”

Afirmção feita diante das declarações de Israel de que foram aprovados planos militares para atacar o Líbano e da reação do Hezbollah às ameaças e da intensificação dos confrontos fronteiriços.

O anúncio foi feito pelo comando militar de Israel na terça-feira, e respondeu por uma advertência do líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, de que não haverá “lugar seguro” em Israel, que se seguiu à divulgação de um detalhado vídeo feito por drone apontando os principais centros militares, proteção antiaérea, porto e indústria bélica em Haifa, a terceira maior cidade israelense.

“Sinto-me obrigado a expressar a minha profunda preocupação com a escalada entre Israel e o Hezbollah ao longo da Linha Azul”, disse Guterres, referindo-se à linha de demarcação estabelecida pela ONU entre o Líbano e Israel e reincentada após a expulsão das tropas de ocupação israelenses do sul do Líbano em 2000.

“Um movimento precipitado – um erro de cálculo – pode desencadear uma catástrofe que vai muito além da fronteira e, francamente, além da imaginação”, disse o chefe da ONU a repórteres. “Sejamos claros: o povo da região e os povos do mundo não podem permitir que o Líbano se torne outra Gaza.”

“As forças de paz da ONU estão no terreno trabalhando para diminuir as tensões e ajudar a evitar erros de cálculo”, acrescentou. “O mundo deve dizer alto e bom som: a desescalada imediata não só é possível como é essencial. Não há solução militar”. A força de paz, a UNIFIL, opera na “linha azul” desde 1978 por determinação das resoluções 425 e 426 do Conselho de Segurança da ONU. Israel manteve uma ocupação de quase duas décadas no sul do Líbano e, em 2006, tentou nova agressão, mas saiu bastante chamuscado.

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Ne-

tanyahu, e seu ministro da Defesa, Yoav Gallant, já haviam se comprometido a “transformar Beirute em Gaza”. Esta semana, o líder do Hezbollah alertou para “nenhuma contenção e nenhuma regra” se Israel lançar um grande ataque ao Líbano.

“O risco de o conflito se espalhar para o Oriente Médio é real e deve ser evitado. Um gesto imprudente, um erro de cálculo, poderia levar a uma catástrofe muito além da fronteira e, francamente, inimaginável”, insistiu Guterres.

“Escalada na troca de tiros em curso. Escalada da retórica belicista em ambos os lados, como se a guerra total fosse iminente”, enfatizou o chefe da ONU.

O Hezbollah – assim como os revolucionários iemenitas – desencadearam uma série de ataques em resposta à invasão israelense de Gaza, exigindo o cessar-fogo e o fim do genocídio, resposta que visa imobilizar forças israelenses e, portanto, amenizar o sufocamento do povo palestino pelas tropas coloniais. Como efeito colateral, os colonos do norte de Israel precisaram deixar a região e atualmente estão em abrigos; povoados e cultivos estão abandonados. Também dezenas de milhares de libaneses foram deslocados pela invasão israelense de Gaza, exigindo o cessar-fogo e o fim do genocídio, resposta que visa imobilizar forças israelenses e, portanto, amenizar o sufocamento do povo palestino pelas tropas coloniais.

Como efeito colateral, os colonos do norte de Israel precisaram deixar a região e atualmente estão em abrigos; povoados e cultivos estão abandonados. Também dezenas de milhares de libaneses foram deslocados pela invasão israelense de Gaza, exigindo o cessar-fogo e o fim do genocídio, resposta que visa imobilizar forças israelenses e, portanto, amenizar o sufocamento do povo palestino pelas tropas coloniais.

Como efeito colateral, os colonos do norte de Israel precisaram deixar a região e atualmente estão em abrigos; povoados e cultivos estão abandonados. Também dezenas de milhares de libaneses foram deslocados pela invasão israelense de Gaza, exigindo o cessar-fogo e o fim do genocídio, resposta que visa imobilizar forças israelenses e, portanto, amenizar o sufocamento do povo palestino pelas tropas coloniais.

Como efeito colateral, os colonos do norte de Israel precisaram deixar a região e atualmente estão em abrigos; povoados e cultivos estão abandonados. Também dezenas de milhares de libaneses foram deslocados pela invasão israelense de Gaza, exigindo o cessar-fogo e o fim do genocídio, resposta que visa imobilizar forças israelenses e, portanto, amenizar o sufocamento do povo palestino pelas tropas coloniais.

Como efeito colateral, os colonos do norte de Israel precisaram deixar a região e atualmente estão em abrigos; povoados e cultivos estão abandonados. Também dezenas de milhares de libaneses foram deslocados pela invasão israelense de Gaza, exigindo o cessar-fogo e o fim do genocídio, resposta que visa imobilizar forças israelenses e, portanto, amenizar o sufocamento do povo palestino pelas tropas coloniais.

Como efeito colateral, os colonos do norte de Israel precisaram deixar a região e atualmente estão em abrigos; povoados e cultivos estão abandonados. Também dezenas de milhares de libaneses foram deslocados pela invasão israelense de Gaza, exigindo o cessar-fogo e o fim do genocídio, resposta que visa imobilizar forças israelenses e, portanto, amenizar o sufocamento do povo palestino pelas tropas coloniais.



Manifestações solidárias a Assange mobilizaram multidões por todo o Planeta

Israel usa palestino ferido amarrado a jipe como escudo humano em Jenin

Em mais uma cena da barbárie das tropas coloniais israelenses em território palestino, vídeo que viralizou nas redes sociais no sábado (22) mostrou um palestino ferido, amarrado horizontalmente ao capô de um jipe da ocupação, sendo conduzido em meio a uma razia na cidade de Jenin, Cisjordânia.

Ele, para todos os efeitos práticos, utilizado como escudo humano. Mais tarde, o palestino ferido foi identificado como Mujahid Raed Abbadi, de 24 anos.

A denúncia via redes sociais partiu da relatora especial das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos, Francesca Albanese.

O evidente crime de guerra também foi condenado pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), que classificou de “desproporcionais” os ataques israelenses ao campo de refugiados de Shati em Gaza e a Jenin na Cisjordânia, lembrando suas obrigações como “potência ocupante”.

“Em mais um exemplo de comportamento ilegal, [as forças israelenses] amarraram e um dos homens – que havia sido baleado por eles no braço e na coxa – ao capô de um jipe militar de forma abusiva.”

“Tais ações constituem graves violações das obrigações de Israel sob a lei de ocupação relativa a pessoas protegidas e sob o direito internacional de direitos humanos em relação aos direitos individuais à vida e à saúde, a proibição absoluta de tratamento ou punição desumana ou degradante.”

Diante da repercussão do caso, as tropas coloniais acabaram fazendo a entrega de Abbadi ao Crescente Vermelho, o equivalente islâmico



Palestino amarrado a capô de Jeep da ocupação

da Cruz Vermelha. Ele disse à AFP enquanto se recuperava no hospital, que foi atingido e ferido quando saía da casa de seu tio em Jabriyat, um bairro de Jenin.

“Tentei me retirar e entrar na casa, mas eles começaram a atirar”, acertando-o na mão. “Quando eles [os soldados] chegaram, pisaram na minha cabeça e atingiram meu rosto, minha perna e mão feridas”, disse Abbadi. “Eles estavam rindo e zombando enquanto me batiam.”

Ele disse que os soldados israelenses o levantaram e o jogaram no chão antes de amarrá-lo ao capô do jipe, o que o deixou com “queimaduras nas costas do pescoço à parte inferior das costas”, de acordo com um médico do hospital Ibn Sina.

Flagrado, o exército israelense confirmou o “incidente” (!?), que cinicamente asseverou violar “ordens e procedimentos operacionais padrão”, e prometeu “investigar”. Supostamente se trataria de uma “operação de contraterrorismo” (sic) para prender “suspeitos na área de Wadi Burqin, perto de Jenin”.

Quanto às violações perpetradas por Israel, são de

tal monta que inclusive a principal instância judicial do planeta, a Corte Internacional de Justiça da ONU está investigando o país por genocídio em Gaza.

A imagem do palestino ferido sendo usado como escudo humano num beco de Jenin é ainda mais chocante por ser notório que o exército colonial israelense vive imputando à resistência palestina usar a população como escudo humano, sempre que são as tropas de Netanyahu que bombardeiam civis indiscriminadamente.

Pelo menos 480 palestinos já foram mortos em razias anteriores na Cisjordânia desde o dia 7 de outubro de 2023

Segundo a agência de notícias palestina Wafa, um adolescente palestino de 15 anos ficou ferido no domingo quando soldados israelenses dispararam balas reais, bombas sonoras e gás lacrimogêneo contra moradores de Nablus. As forças de ocupação israelense também dispararam munição real e gás lacrimogêneo contra os moradores do vilarejo de Osarin, ao sul da cidade. Invadiram ainda Umm Safa e al-Mughayyir, aldeias ao norte e nordeste de Ramallah.

Bombardeios de Israel chacinam mais 101 palestinos em 24 horas

Ataques israelenses mataram 101 palestinos e feriram 169 nas últimas 24 horas, denunciou o Ministério da Saúde de Gaza no sábado (22). O que inclui 25 mortos e 50 feridos na tarde de sexta-feira, que estavam abrigados em tendas perto da sede da Cruz Vermelha em Rafah.

Trata-se do maior número diário de mortes desde 8 de Junho, quando as forças israelenses mataram 274 palestinos para libertar quatro prisioneiros israelenses no campo de refugiados de Nuseirat.

Pelo menos 42 palestinos foram mortos no norte de Gaza, no campo de refugiados de Shati e no bairro de Tuffah, disse à Al Jazeera no sábado o chefe do Gabinete de Comunicação Social do Governo de Gaza, Abu Azzoum.

“As equipes de resgate, com a ajuda de civis, estão tentando vasculhar os escombros em busca de sobreviventes. Está aumentando o número de vítimas que chegam ao Hospital Al Aqsa”, ele acrescentou.

Azzoum assinalou que Israel está “atacando novamente áreas onde operou, apesar do seu anúncio anterior de que conseguiu controlar militarmente a parte norte de Gaza”. No oeste de Rafah, tanques israelenses tentaram avançar, enquanto aviões de guerra e artilharia atacaram a cidade.



Palestina dobra sua tenda para voltar a se deslocar

Um blindado foi destruído por um dispositivo explosivo improvisado plantado pelo Hamas. “A noite passada foi uma das piores noites no oeste de Rafah: drones, aviões, tanques e navios de guerra bombardearam a área. Sentimos que a ocupação está tentando completar o controle da cidade”, disse Hatem, morador de Rafah, à Reuters.

Bombardeio israelense perto da sede da Cruz Vermelha no campo de Al Mawasi – designado por Israel como zona segura – matou pelo menos 25 pessoas e feriu outras 50, em dois ataques, informou a agência de notícias Associated Press.

Testemunhas cujos familiares morreram em um dos bombardeamentos contaram à AP como as forças israelenses dispararam uma segunda salva matando pessoas que saíam das suas tendas tentando

O jornalista australiano revelou ao mundo imagens dos assassinatos de civis no Iraque pelas tropas invasoras americanas. Perseguição cruel da Casa Branca visou calar a imprensa

“Julian Assange está livre”, anunciou o WikiLeaks, afirmando que foi alcançado um acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, depois de 1.901 dias na prisão britânica de segurança máxima de Belmarsh, e divulgando imagens dele no aeroporto Stnsted embarcando em um avião para deixar o Reino Unido, rumo à Austrália.

Sua soltura foi tornada pública na noite de segunda-feira, com a divulgação dos documentos da justiça norte-americana. Pelo acordo, Assange irá comparecer a um tribunal nas Ilhas Marianas, colônia norte-americana no Pacífico que é próxima à Austrália, onde irá se declarar culpado de uma única das 18 acusações apresentadas contra ele, a de ter “conspirado” para obter documentos de segurança nacional dos EUA com a ex-soldado Chelsea Manning, enquanto a justiça dos EUA irá considerar como pena cumprida os 62 meses que ele passou encarcerado em Belmarsh.

CAMPANHA MUNDIAL Para o WikiLeaks, o que possibilitou chegar a esse acordo foi a campanha pela libertação de Assange que foi abraçada no mundo inteiro, congregando entidades de base, organismos de defesa da liberdade de imprensa, legisladores e líderes de todo o espectro político, até à ONU.

Foi isso – destacou o WikiLeaks – que abriu espaço para essa longa negociação. “Depois de mais de cinco anos em uma cela de 2x3 metros, isolado 23 horas por dia, ele logo irá se reunir com sua esposa Stella Assange, e seus filhos, que apenas conhecem seu pai atrás das grades.”

O WikiLeaks agradeceu a todos “que se levantaram conosco, lutaram conosco e permaneceram integralmente comprometidos na luta por sua liberdade”. “A liberdade de Julian é a nossa liberdade”, enfatizou o comunicado.

Nesses cinco anos, Assange foi o preso político mais famoso do mundo, depois de ter sido arrancado da baía de Equador em Londres, onde ficara asilado por outros sete anos, para evitar sua extradição para os EUA, uma perseguição que o Relator Especial da ONU para a Tortura, Nils Melzer, considerou tortura.

Desde 2010, quando vieram a público as denúncias dos crimes de guerra, a perseguição a Assange nunca parou e a CIA chegou a planejar sequestrar e matar Assange, que foi espionado até sob asilo. O arquivado do Pentágono que o WikiLeaks revelou ao mundo, um vídeo, tornou-se conhecido como o “Assassinato Colateral”. A execução de 18 civis – inclusive dois jornalistas da Reuters – em Bagdá em 2007, por um helicóptero Apache, crime até hoje sem punição.

Assange, foi o homem que denunciou os crimes cometidos pelos Estados Unidos e que, por isso, sofreu uma perseguição cruel e implacável do regime da Casa Branca. Assange tinha que ser “eliminado” por ter mostrado ao mundo, entre

outras coisas, os assassinatos covardes de civis no Iraque ocupado pelas tropas americanas invasoras.

A perseguição a Assange, fundador do site WikiLeaks, violou a lei internacional, desrespeitou a soberania de países, mandou a liberdade de imprensa às favas e mostrou a verdadeira face da “democracia” americana.

O objetivo da repressão americana era esconder os crimes hediondos cometidos por suas tropas nas guerras de rapina cometidos pelo “exército imperial” contra países como o Iraque, a Líbia, a Síria e outros.

No governo Trump, o pedido de extradição foi oficializado, sob o pretexto de que a denúncia dos crimes de guerra dos EUA no Iraque e no Afeganistão seria “espionagem”, o que foi mantido por Biden.

As 18 acusações contra ele correspondiam a 175 anos de cárcere, em um regime penitenciário tão brutal que sua vida estaria em perigo, segundo avaliou até mesmo a justiça britânica da primeira instância. A corte superior britânica chegou a autorizar a extradição de Assange, mas no último minuto em maio aceitara conceder ao jornalista o direito de apelar.

Assange não passará nenhum tempo sob custódia dos EUA e receberá crédito pelo tempo passado encarcerado no Reino Unido, registrou Joe Lauria, do Consortium News. “Assange retornará à Austrália, de acordo com uma carta do Departamento de Justiça.”

O New York Times noticiou que Assange concordou com a única acusação da Lei de Espionagem – “conspiração para disseminar informações de defesa nacional” – em troca de uma sentença de cinco anos, que os EUA concordaram que já havia sido cumprida em prisão preventiva em Belmarsh.

Bruce Afran, advogado constitucional dos EUA, disse ao Consortium News, “tecnicamente, ele está vindo para os EUA [nas Ilhas Marianas], mas não para o distrito onde foi indiciado”. “Ele ele poderia ser levado sob custódia, mas presumimos que os EUA agirão de boa fé.”

STELLA ASSANGE Em vídeo divulgado à noite, Stella anunciou que vai criar uma vaquinha de emergência para custear a recuperação da saúde de Assange. O vídeo foi gravado na semana passada, quando já estavam avançadas as negociações com Washington.

Emocionada com a notícia da libertação de Julian Assange, Stella – que esteve presente em inúmeros atos pela libertação do jornalista – agradeceu aos que saíram às ruas junto com ela: “Palavras não podem expressar nossa imensa gratidão a VOCES – sim, VOCES, que se mobilizaram durante anos e anos para tornar isso realidade”, escreveu.

“Estou confiante que esse período das nossas vidas está acabando. Se tudo der certo, Julian agora estará em um avião a caminho da liberdade. O que começa agora, com a liberdade de Julian, é um novo capítulo das nossas vidas e pedimos pelo seu apoio”, afirmou Stella.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.org.br



Marcha de lançamento da Frente Popular francesa (Samir Al Doumy/Novo Fronte Popular promete derrubar 'reforma' de Macron contra as aposentadorias

A Nova Frente Popular da França, afirmou nesta sexta-feira (21) que apresentará um projeto de lei para cancelar a reforma previdenciária sancionada por Emmanuel Macron e reduzir a idade da aposentadoria para 60 anos se vencer as eleições parlamentares.

A Frente Popular selou uma coligação formada pela França Insubmissa, Partido Socialista, Partido Comunista e Os Ecológicos para disputar as eleições legislativas que acontecerão em 30 de junho.

“Se vencermos, a reforma de Macron será cancelada. apresentaremos um grande projeto de lei sobre a pensão aos 60 anos já em 2024. Contaremos com o trabalho conjunto dos nossos parceiros sociais”, disse Eric Coquerel, legislador do partido França Insubmissa, em entrevista coletiva, condenando a reforma que aumenta gradualmente a idade de aposentadoria de 62 para 64 anos que entrou em vigor em setembro de 2023.

A palavra de ordem de “Pensão aos 60” foi uma das principais mobilizadoras dos protestos contra a “reforma previdenciária” de Macron. As manifestações que ocorreram na França, de janeiro a junho de 2024, contaram com mais de 1 milhão de pessoas em atos públicos por toda a França.

As últimas manifestações ocorrem em plena crise política devido à derrota de Macron nas eleições europeias, rejeitado por conta da sua submissão à política dos EUA; da entrega de mísseis franceses de longo alcance ao regime nazista da Ucrânia para ataques à Rússia, da inflação provocada pela falta de gás e combustíveis; combo que o levou à antecipação das eleições legislativas, previstas inicialmente para 2027, junto com as eleições presidenciais, e que agora ocorrerão em 30 de junho e 7 de julho deste ano.

Os partidos que compõem a nova aliança planejam, então, organizar uma grande conferência para discutir o quadro jurídico para colocar a idade de aposentadoria para 60 anos com organizações sociais lideradas pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) e a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) – principais centrais sindicais do país.

A ideia é utilizar, entre outras coisas, um imposto sobre altos salários e rendimentos elevados para financiar as pensões.

Desfazendo os benefícios instituídos pelo governo de Macron para os ricos e o grande capital, o plano da Frente Popular propõe restaurar vários regimes fiscais anteriores. A aliança está pedindo a reintrodução do imposto sobre grandes fortunas, que foi substituído no início da presidência de Macron por um imposto menor e menos progressivo sobre a riqueza imobiliária. Da mesma forma, busca a restauração de um ‘imposto de saída’ cancelado sobre a retirada de riquezas do país, assim como o reforço de um novo imposto único sobre ganhos de capital.

Com corporações como a Total, uma das maiores empresas de petróleo da França, acumulando lucros extraordinários desde a crise energética pós-pandemia, a aliança também está pedindo um novo imposto sobre ‘superlucros’.

Leia a íntegra no site do HP

Otan provoca mais tensão na Europa ao ameaçar com “mais armas nucleares de prontidão”

Os países membros da Otan estão discutindo adicionar mais armas nucleares em prontidão, escalando as tensões contra a Rússia e a China, disse o secretário-geral, Jens Stoltenberg, em uma entrevista ao jornal ‘The Telegraph’.

Segundo Stoltenberg, os países membros já estão deliberando o uso de armamento nuclear e deixando os mísseis prontos para uso, e que existe a possibilidade real da Otan enfrentar a Rússia e a China simultaneamente e defendeu o aumento do número de ogivas nucleares prontas para uso como forma de dissuasão.

“Não entrarei em detalhes operacionais sobre quantas ogivas nucleares deveriam estar operacionais e quais deveriam ser armazenadas, mas precisamos

consultar sobre essas questões”, acrescentou Stoltenberg.

“Enquanto existirem armas nucleares, continuaremos a ser uma aliança nuclear, porque um mundo onde a Rússia, a China e a Coreia do Norte têm armas nucleares, e a Otan, não, é um mundo mais perigoso”.

Em surto belicista, Stoltenberg, afirmou que as armas nucleares são uma “garantia máxima de segurança” da Otan e um meio de preservar a paz.

“Outra escalada de tensões”, disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov acusando Stoltenberg de agravar a crise com a Rússia. Oficiais do governo russo já asseguraram não haver intenção de usar ogivas nucleares contra a Ucrânia e que só as usariam em caso de ameaça existencial à Rússia.

China repele ‘mentiras e arrogância’ do G7 na declaração final em Roma



Lin Jian, porta-voz do Ministério do Exterior da China rebate perpotência do G7

Putin firma parceria estratégica em visita ao Vietnã e à Coreia do Norte

“A Rússia e o Vietnã reafirmam seu interesse em promover o processo objetivo de criação de uma ordem mundial multipolar mais justa e sustentável, baseada nas normas e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, incluindo o respeito pela soberania e integridade territorial, a autodeterminação dos povos, a não ingerência nos assuntos internos dos Estados, o não uso da força ou ameaça de força, a resolução de litígios por meios pacíficos”, destaca o comunicado conjunto assinado entre os dois governos durante a visita do presidente russo Vladimir Putin ao Vietnã, publicado pelo serviço de imprensa do Kremlin na quinta-feira (20).

“Estamos firmemente determinados a aprofundar a parceria estratégica abrangente com o Vietnã, que continua a ser uma das prioridades da política externa russa. Estamos prontos para continuar o trabalho conjunto ativo em uma vasta gama de tópicos, incluindo as esferas econômica, científica e técnica, defesa, segurança e relações humanitárias”, afirmou Vladimir Putin em Hanói, onde se encontra em visita oficial.

“O Vietnã foi e continua a ser nosso amigo e parceiro confiável. As relações entre os nossos países foram testadas pelo tempo, inclusive durante os anos das heróicas batalhas do povo vietnamita pela independência”, enfatizou Putin, na quinta-feira (20), após conversações com o presidente russo acrescentando que estas relações se baseiam na confiança e na assistência mútua, o que permite resolver as tarefas mais difíceis e

avançar com firmeza. Destacou a necessidade do uso ativo de moedas nacionais em acordos transfronteiriços entre a Rússia e o Vietnã. Ambos os Estados, sublinhou Putin, procuram articular canais estáveis de cooperação entre os seus bancos.

“É simbólico que o momento da minha visita ao Vietnã tenha coincidido com uma data significativa – o 30º aniversário da assinatura do tratado sobre os fundamentos das relações amistosas, que estabeleceu o quadro jurídico para o seu futuro desenvolvimento”, destacou Putin.

IGUALDADE E RESPEITO

To Lam mencionou a igualdade e o respeito mútuo, bem como a não interferência nos assuntos internos de cada um, como os princípios fundamentais de uma parceria estratégica abrangente. E ainda destacou o reforço da confiança política através do intercâmbio de delegações a diferentes níveis, especialmente as de alto escalão.

Aumentar a eficiência de projetos-chave nas áreas da energia, petróleo e gás foi outro dos temas apontados, e nesse sentido afirmou que criará condições favoráveis para que empresas de ambos os países expandam os seus investimentos e operações nos territórios um do outro e a realização de negociações para melhorar o Acordo de Comércio Livre entre o Vietnã e a União Econômica da Eurásia. O volume de negócios do

comércio está crescendo. Aumentou mais de 8% no ano passado.

O líder vietnamita acrescentou que Hanói e Moscou continuarão unidos em questões de defesa e segurança. “Lutaremos juntos contra os desafios novos e tradicionais do mundo, de acordo com o direito internacional”, afirmou, registrando que os governos, partidos, parlamentos e vários departamentos já estão em contacto.

A Rússia e o Vietnã concordaram com o cronograma para a construção de um centro de ciência e tecnologia nuclear em território vietnamita, informou o correspondente do Sputnik. [...]

RÚSSIA E COREIA

Na Coreia Popular Democrática, após as conversações, os dois líderes assinaram um acordo de defesa mútua denominado “Tratado de Parceria Estratégica Abrangente”.

“O tratado de associação global assinado hoje prevê, entre outras coisas, assistência mútua em caso de agressão contra uma das partes”, relatou Putin, especificando que a Rússia não descarta a cooperação técnico-militar com a Coreia do Norte. “Hoje lutamos juntos contra as práticas hegemônicas e neocolonialistas dos Estados Unidos e dos seus satélites”, acrescentou o presidente, citado pela comunicação social russa, durante uma festa de gala em sua homenagem.

Leia mais no site do HP

Armênia se soma a 146 membros da ONU no reconhecimento do Estado da Palestina

A Armênia reconheceu o Estado da Palestina, manifestou-se a favor de uma solução de dois Estados para o conflito provocado por Israel e pediu “a instauração imediata de uma trégua” na Faixa de Gaza.

“Reafirmando fidelidade ao Direito internacional e aos princípios da igualdade, da soberania e da coexistência pacífica dos povos, a República da Armênia reconhece o Estado da Palestina”, declarou o Ministério das Relações Exteriores em comunicado, nesta sexta-feira (21).

A Armênia “rejeita categoricamente os ataques à infraestrutura civil, a violência contra civis, bem como a tomada de reféns, durante o conflito armado, e junta-se às exigências da comunidade internacional para a sua libertação sem condições prévias”, apontou o texto.

“A catastrófica situação humanitária na Faixa de Gaza e o atual conflito militar são algumas das principais questões da agenda política internacional que devem ser abordadas”, afirmou.

O governo de Yerevan ressaltou que está “interessado

em estabelecer a paz e a estabilidade no Oriente Médio, bem como em estabelecer uma reconciliação duradoura entre os povos judeu e palestino” e “apoia a solução de dois Estados para o conflito entre Israel e Palestina”.

“Estamos convencidos de que esta é a única forma de garantir que os palestinos e os israelenses possam realizar as suas aspirações legítimas”, concluiu.

Hussein al-Sheikh, secretário-geral do Comitê Executivo da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), saudou a decisão de Yerevan.

“Esta é uma vitória do Direito, da justiça, da legitimidade e da luta do nosso povo palestino pela libertação e independência”, sublinhou, através de uma declaração difundida através das redes sociais.

A Armênia torna-se assim o 147.º Estado membro das Nações Unidas – dos 193 integrantes – a reconhecer a Pales-

tina, seguindo as mais recentes decisões que, desde maio, trouxeram a Jamaica, Trindade e Tobago, Barbados, Bahamas, Espanha, República da Irlanda, Noruega e Eslovênia ao campo dos que reconhecem o Estado da Palestina de pleno direito.

Como das demais vezes, a posição da Armênia suscitou hostilidade de Netanyahu que, inconformado com a amplitude da rejeição ao genocídio que comete em Gaza, convocou hoje o embaixador da Armênia para “protestar” contra a decisão das autoridades de Yerevan.

A liderança palestina instou outras nações, especialmente os países europeus que ainda não reconheceram o Estado da Palestina, a seguirem o exemplo com base em resoluções de legitimidade internacional baseadas nas fronteiras de 1967, que incluem Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

Os líderes do G7 estão enfrentando crises internas, com aprovação baixa e alguns já derrotados há pouco. Assim, tentam fazer a China de bode expiatório para fugir da insatisfação dos seus eleitores. “É uma manobra política insidiosa e típica”, conclui Lin Jian

A declaração da reunião anual do G7 – o grupo das sete potências imperialistas e ex-coloniais – “mais uma vez manipulou questões relacionadas à China, difamou e atacou a China”, afirmou o porta-voz da chancelaria chinesa Lin Jian, que apontou a “arrogância, preconceitos e mentiras” do texto.

O comunicado “repetiu clichês que não têm base factual, nem base jurídica, nem justificativa moral, e estão repletos de arrogância, preconceito e mentiras”, disse Lin na segunda-feira (17), durante uma coletiva de imprensa diária, segundo a Xinhua.

A China foi citada mais de 20 vezes no documento.

Foram comentários irresponsáveis sobre a situação no Estreito de Taiwan, também sobre questões relacionadas ao Mar da China Oriental, Mar do Sul da China, Hong Kong, Xinjiang e Xizang, e sobre o chamado “excesso de capacidade chinesa”, ele destacou.

Lin observou que o G7 “não representa o mundo”, lembrando que os sete – EUA, Canadá, Grã Bretanha, França, Itália, Alemanha e Japão – representam “apenas 10% da população mundial”.

Ano após ano, sua participação na economia global continuou caindo, disse Lin, acrescentando que, mesmo combinados, eles contribuem menos do que a China para o crescimento econômico global, e seu agregado econômico em termos de paridade de poder de compra já foi superado pelos países do BRICS.

O porta-voz disse que o G7 há muito se afastou de seu propósito original de coordenação para a estabilidade no ambiente econômico global e se tornou cada vez mais uma ferramenta política para perpetuar a supremacia dos EUA e do Ocidente.

Coloca – ele acrescentou – suas próprias regras e decisões acima dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, e perdeu sua capacidade de representar o mundo e a credibilidade entre a comunidade internacional.

O G7 está agindo contra a tendência mundial de desenvolvimento pacífico, observou Lin. Ele disse que, embora afirme salvaguardar a paz mundial, o G7 continua traçando linhas ao longo da diferença de ideologia e valores, exaltando a falsa narrativa de “democracia versus autocracia”, formando grupos exclusivos e incitando o confronto do bloco, atizando chamadas e fugindo de responsabilidades em conflitos regionais, enviando navios e aeronaves militares para a Ásia-Pacífico para criar tensões, e armar Taiwan para ameaçar a paz e a estabilidade no Estreito de Taiwan.

“Esses movimentos indevidos que perturbam a ordem internacional e prejudicam a paz e a segurança estão sendo cada vez mais desprezados e rejeitados pelas forças do bem no mundo”, disse Lin.

“O G7 não está mais no caminho certo de cooperação ganha-ganha”, disse ele, acrescentando que, nos últimos anos, os Estados Unidos repetidamente exageraram o conceito de segurança nacional,

abusaram de medidas de controle de exportação, implementaram sanções unilaterais, perseguiram ferozmente empresas chinesas e encorajaram seus aliados a tomar as mesmas medidas erradas, o que viola gravemente os princípios da economia de mercado e da concorrência justa e perturba a ordem econômica e comercial internacional.

A alegação de “excesso de capacidade chinesa” do G7 não é apoiada por fatos ou pelas leis da economia, disse Lin. É apenas uma desculpa para proteger monopólios e mina o esforço global para a transição verde e de baixo carbono e a cooperação na resposta climática, acrescentou.

O G7 é o verdadeiro responsável pela “coerção econômica”, pois continua a politizar e instrumentalizar o comércio, que é uma reversão de nosso mundo globalizado, onde os interesses dos países já estão profundamente integrados, observou Lin. “Tal comportamento acabará saindo pela culatra contra o próprio G7”, disse o porta-voz.

Por sua vez o Global Times registrou que o G7 prometeu combater “a onda de produtos baratos de alta tecnologia” da China, tomar medidas contra instituições financeiras chinesas que supostamente “apoiam a Rússia” e ameaçou retaliar a China por meio de restrições à exportação.

Os EUA estão tentando emplacar um falso consenso de que “a China deve ser responsabilizada por todas as crises”, disse ao Global Times Li Haidong, professor da Universidade de Relações Exteriores da China para se favorecerem.

Ele observou que os demais países membros do G7, ao seguirem os EUA nessas acusações à China não mostram nenhuma estratégia independente diante de Washington. O que ele considerou “prejudicial” para o futuro ambiente de segurança para os membros do G7 e para a comunidade internacional em geral.

Analistas apontaram ainda que os líderes dos países do G7 estão todos enfrentando crises internas, com baixa aprovação e sob pressão eleitoral, com alguns tendo sofrido derrotas recentemente. Assim, ao tentarem de várias maneiras fazer a China de bode expiatório, esses líderes buscam redirecionar a insatisfação do público e dos eleitores de seus próprios países, acrescentou Li. “É uma manobra política insidiosa e muito típica”.

Por sua vez, Zhang Hong, pesquisador associado do Instituto de Estudos Russos, do Leste Europeu e da Ásia Central da Academia Chinesa de Ciências Sociais, examinou a tentativa do G7 de difamar a China no contexto do conflito Rússia-Ucrânia, uma “tática empregada pelos EUA”.

“É completamente irracional atribuir o conflito Rússia-Ucrânia em curso ao comércio normal China-Rússia quando todos os países ao redor do mundo continuam a se envolver no comércio com a Rússia”, disse ele ao Global Times. “Isso ignora o fato de que ações irresponsáveis dos países ocidentais exacerbaram as perdas sofridas pela Ucrânia.”

Campos Sales, Murтинho e o retrocesso do Brasil - (2)

Continuação da edição anterior

(...) Na República, esse retrocesso representava a submissão do latifúndio cafeeiro ao imperialismo, ou seja, aos bancos ingleses.

O que Campos Sales executou, com o estrangulamento da indústria do país e o fim de qualquer perspectiva industrializante

CARLOS LOPES

A oligarquia cafeeira não conseguia viver sem submissão aos bancos estrangeiros – até porque, suas mercadorias agrícolas dependiam do mercado externo.

Por essa razão, “o governo de Prudente de Moraes (...) não descobria outra solução além de um empréstimo externo” (José Maria Bello, **op. cit.**, p. 217).

Nesse momento, os Rothschilds, percebendo as dificuldades do governo brasileiro, negam um empréstimo para, assim, fazer o país se dobrar mais e mais. É então que o presidente eleito, Campos Sales, viaja para o exterior.

“Em abril de 1898, Campos Sales embarca para a Europa. (...) Depois de sua partida, chegara ao Rio de Janeiro o diretor do *London and River Plate Bank* com um projeto dos banqueiros de Londres sobre a moratória (...). Ligados às finanças brasileiras desde a independência política, com os seus interesses ameaçados – os capitais britânicos invertidos no Brasil atingiam mais de 80 milhões de libras esterlinas – os Rothschilds apressavam-se em auxiliar o devedor em expectativa de falência por uma primeira concordata” (José Maria Bello, **op. cit.**, p. 217).

Esse “auxílio ao devedor” é muito interessante, pois os Rothschilds “propunham um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas com a garantia de todas as rendas alfândegárias do Brasil, receitas da Estrada de Ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento d’água no Rio de Janeiro; o Governo federal retiraria de circulação (...) uma soma de papel equivalente às emissões do *funding*, que seria recolhida aos bancos estrangeiros, constituídos em *trust*, e publicamente queimada, obrigando-se também a não contrair novos empréstimos durante o período da moratória”.

Em suma, eles propunham, em troca do empréstimo, a submissão total do país. E ainda houve quem, como o autor que citamos, considerasse isso um “auxílio” ao Brasil...

As modificações que Campos Sales conseguiu na Europa, em relação às condições inicialmente propostas pelos Rothschilds, foram cosméticas. Na verdade, ele concordava com a submissão do país aos bancos ingleses, pois essa era a política de sua classe. As modificações, pequenas, eram, meramente, referentes à taxa de câmbio dos empréstimos.

Tanto Prudente de Moraes quanto Campos Sales – mas não Rodrigues Alves nem Afonso Pena – eram veteranos da campanha republicana, assim como Bernardino de Campos, que substituiria Rodrigues Alves como ministro da Fazenda de Prudente de Moraes e presidente (governador) de São Paulo. Faziam parte daquela parcela da oligarquia que se tornou republicana e acabou prevalecendo ao fim da década de 80 do século XIX. Uma vez proclamada a República, eles e outros membros paulistas da campanha republicana (por

exemplo, Rangel Pestana) evidaram seus esforços para voltar à política do Império, a do “essencialmente agrícola com submissão aos bancos ingleses”.

Na República, esse retrocesso representava a submissão do latifúndio cafeeiro ao imperialismo, ou seja, aos bancos ingleses. O que Campos Sales executou, com o estrangulamento da indústria do país e o fim de qualquer perspectiva industrializante. Repetindo o seu ministro da Fazenda, para ele quaisquer indústrias **nacionais** eram “completamente artificiais”. As indústrias “naturais” eram as inglesas, ou, talvez, as norte-americanas:

“É tempo de tomar o caminho certo; e o que nós devemos fazer para esse fim é nos esforçarmos para exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições do que outros países, e importar tudo quanto eles possam produzir em melhores condições do que nós” (Mensagem de Campos Sales ao Congresso de 3 de maio de 1899).

Em suma, somente podíamos produzir “em melhores condições do que outros países”, mercadorias agrícolas e matérias-primas. Os produtos industriais seriam importados da Inglaterra e dos Estados Unidos. Sinteticamente, é a fórmula da estagnação e atraso do país.

Essa política é abertamente **racista**, como esclareceu o próprio Joaquim Murтинho, em sua mensagem ao presidente interino Manuel Vitorino:

“Não podemos, como muitos aspiram, tomar os Estados Unidos da América do Norte como tipo para nosso desenvolvimento industrial, porque não temos as aptidões superiores de sua raça, força que representa o papel principal no progresso industrial desse grande país.”

Logo, o motivo pelo qual não podíamos desenvolver a indústria era, no fundamental, a nossa inferioridade racial.

É algo semelhante à afirmação de um descendente ideológico de Joaquim Murтинho, o notório Roberto Campos, que garantiu a Celso Furtado que éramos incapazes de desenvolver a indústria petrolífera (cf. Celso Furtado, **A Fantasia Organizada**, Paz e Terra, 4ª edição, 1985, p. 162).

A Petrobrás que o diga...

2

Vejamos, então, as condições finais do acordo com os Rothschilds – isto é, o *funding loan*:

Os juros da dívida externa do governo seriam pagos – de 1898 a 1901 – em títulos, *funding bonds*, a juros de 5%.

A amortização de todos os empréstimos externos ficava suspensa por 13 anos, começando em 1911.

As garantias do empréstimo eram as rendas da alfândega do Rio de Janeiro, e, também, em caráter subsidiário, todas as outras alfândegas do Brasil, além dos empréstimos já contraídos em 1883, 1888, 1889, 1893 e 1895 – um total de £ 37.731.820 – e os juros das companhias de estradas de ferro, além do empréstimo interno em ouro, de 4,5%, de 1879.

O Brasil ficava obrigado a



“não contrair empréstimos no estrangeiro, dar garantias a qualquer operação de crédito e lançar empréstimos internos com juros pagáveis na Europa, até junho de 1901, retirar da circulação do papel-moeda soma equivalente, ao câmbio de 18, aos títulos emitidos do empréstimo, com o fim de ser incinerada, e a de constituir, em Londres, um fundo de garantia, com as rendas que viriam a ser discriminadas pela lei número 581, de 20 de julho de 1899” (Nelson Werneck Sodré, **op. cit.**, p. 215).

Era uma completa extorsão. Mas Joaquim Murтинho afirmou, em seu relatório ministerial de 1901, que “o que queriam os nossos credores era exatamente o que queriam todos os brasileiros”.

No entanto, existia no país uma acirrada oposição a essa política, representada por homens como Rui Barbosa, Vieira Souto e Edmundo Bittencourt – que fundou um jornal, o *Correio da Manhã*, explicitamente para se opor a Campos Sales e Joaquim Murтинho.

Este último afirmou que seus opositores eram “levados por paixões partidárias”. Mas foi necessário o próprio Campos Sales intervir na imprensa – através do suborno de jornais, e, inclusive, com artigos que publicou – para sustentar essa política de submissão e atraso.

Campos Sales, aliás, considerava a economia brasileira uma dívida dos Rothschilds (literalmente: “sem eles, seria difícil calcular quão baixo desceria o nível do nosso crédito”). Não surpreende, portanto, que, já nessa época, o governo tenha submetido o país a um processo de privatização – fundamentalmente através da venda e arrendamento de próprios públicos ao capital estrangeiro. Esta era uma consequência direta do *funding loan*.

Evidentemente, a recessão – e uma recessão brutal – se tornou inevitável. Hoje, os livros de história econômica mencionam a crise bancária de 1900 e a crise industrial de 1901. Resta dizer que essas crises foram provocadas pela política de Campos Sales e Murтинho. Como consequência, a indústria estrangeira monopolizou o mercado brasileiro – e o capital estrangeiro tomou o setor financeiro, diante da falência geral dos bancos na praça nacional.

No primeiro orçamento do século XX, “Murтинho definia a decisão de alienar ou ar-

rendar todas as ferrovias da União, aplicando o produto na reorganização financeira, de vender todos os próprios da União em que não estivessem instalados serviços ou repartições federais. Todos os terrenos da União poderiam ser aforados perpetuamente” (Nelson Werneck Sodré, **op. cit.**, p. 219-220).

Até mesmo um dos apoiadores dessa política – o presidente seguinte, Rodrigues Alves, que foi governador de São Paulo durante o período de Campos Sales – foi obrigado a resgatar o falido Banco da República (fusão do Banco do Brasil com o Banco dos Estados Unidos do Brasil). Assim surgiu, em 1905, o atual Banco do Brasil, como banco público.

Em seu ensaio sobre Murтинho – apontado por alguns com um escrito apologético – Nícia Villela Luz, autora de um clássico da nossa história econômica (**A Luta pela Industrialização do Brasil**), lembra a oposição a essa política, e seu principal representante econômico, Luís Rafael Vieira Souto, professor da Politécnica que publicou uma série de artigos no *Correio da Manhã*.

Hoje, Vieira Souto é mais conhecido pela avenida, em Ipanema, que leva seu nome. No entanto, foi um economista importante, engenheiro e empresário industrial, além de presidente do Jockey Club e, claro, professor de economia política da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

A maior parte de seus artigos contra a política de Campos Sales e Murтинho foram publicados em novembro e dezembro de 1901, no jornal que citamos, depois reunidos no livro **O Último Relatório da Fazenda** (ed. L. Malafaia Junior, 1902), e reproduzidos em **Ideias Econômicas de Joaquim Murтинho** (org. Nícia Villela Luz, ed. Senado Federal – Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasília, 1980).

Escreve Nícia Villela Luz na introdução do último volume: “Na época, Murтинho foi, com efeito, muito atacado, destacando-se entre seus críticos o engenheiro e industrial Luís Rafael Vieira Souto. Com sólidos argumentos e apoiando-se no que havia de mais atualizado em matéria de teoria econômica, particularmente da escola italiana, pôs-se em campo, através da imprensa, para combater e invalidar os frágeis ‘princípios’

do Ministro da Fazenda.

“Vieira Souto pertencia àquele grupo de industrialistas que, nos primórdios de nossa industrialização, lutavam por uma política governamental de maior proteção às atividades manufatureiras, já que consideravam o desenvolvimento industrial do Brasil imprescindível para o progresso e grandeza da Nação. Dentre suas críticas, que, embora bem fundamentadas, não deixam de ser polêmicas, ressaltam-se os artigos publicados no *Correio da Manhã*, de novembro a dezembro de 1901, no auge, portanto, da crise econômica deflagrada pela política financeira do Governo.

“Depois de pulverizar o histórico, traçado por Murтинho, das finanças brasileiras no Império, Vieira Souto ironiza o simplismo de suas ideias econômicas, particularmente sua ‘teoria’ a propósito das oscilações cambiais. Mas o ponto fundamental da discussão era a questão da teoria quantitativa da moeda. Enquanto que, para Murтинho, o meio circulante deveria crescer de acordo com a riqueza do País, Vieira Souto dava ênfase à velocidade da circulação monetária. Contesta àquele quando afirma ‘que a circulação do numerário é ou deve ser proporcional à riqueza e à produção nacional’ e é mesmo de opinião ‘que o uso da moeda é inversamente proporcional ao estado de riqueza e civilização do povo’.

“Dando o exemplo dos Estados Unidos, diz: ‘os países mais ricos e mais produtores são os que gozam de maior desenvolvimento e disseminação do crédito, e portanto carecem de quantidade relativamente menor de moeda, para manter com regularidade o seu movimento econômico. Por outro lado é também nesses países que a circulação econômica se efetua com maior atividade’.

“Não acredita, como Murтинho, que o papel-moeda seja ‘a causa fundamental e direta da variação do câmbio; é simplesmente uma circunstância indireta e secundária, que pode atuar ou deixar de atuar, e só atua prejudicialmente quando a situação dos créditos e débitos internacionais é indispensável ao País’.

“Enfim, para nos limitarmos aos pontos fundamentais, Vieira Souto, dando primazia ao desenvolvimento nacional, critica severamente o agravamento dos impostos que, em sua opinião, estava sufocando

HP
ESPECIAL

Charge da época satirizando o presidente Campos Sales e a submissão do país aos bancos ingleses

aquela produção: ‘Se o Dr. Murтинho não houvesse exagerado os impostos, ou se ao menos houvesse empregado os saldos orçamentários que obteve, não em destruí-los pelo fogo, mas em desenvolver as forças produtivas da Nação, o câmbio, em vez de elevar-se em consequência da extraordinária redução da importação, derivada da estagnação do comércio e da restrição de todos os consumos, teria subido influenciado pelo melhoramento dos preços de todos os gêneros nacionais’.

“Verifica-se, pois, que as críticas veementes de Vieira dirigiam-se não só à frágil argumentação teórica de Murтинho, mas à própria corrente metalista seguida por este. Reconhecia, aliás, que a posição assumida pelo Ministro da Fazenda era ‘há quase dois séculos’, como lembra ironicamente, a de David Hume, Adam Smith e Baptista Say” (cf. Nícia Villela Luz, *Joaquim Murтинho e o darwinismo econômico*, in **Ideias Econômicas de Joaquim Murтинho**, pp. 57-58).

3

Entretanto, o resumo de Nícia Villela Luz não faz inteira justiça aos artigos de Vieira Souto contra Joaquim Murтинho *et cetera*.

Sendo assim, e porque hoje são desconhecidos, somos obrigados a reproduzir alguns trechos desses artigos, ainda que isso dificulte a leitura de nosso texto.

“No corrente ano [1901], entretanto, a curiosidade pública tinha motivos de sobra para aguçar-se pelo aparecimento do relatório. As lisonjeiras promessas anteriormente feitas pelo ministro não se tinham realizado; o governo precipitava uma temerosa crise de numerário e de crédito, que perdura e não cessa de tomar incremento; todas as classes ativas, todo o povo sente-se oprimido e depauperado pela política adotada e pela falta de medidas que urge adotar; enfim, a todos parecia que este governo, que por tantos e tão graves erros se tornou o mais impopular dos governos do Brasil, carecia e tinha o dever de dar satisfação à opinião pública propondo-se a mudar de rumo” (Vieira Souto, *O último relatório da Fazenda*, in **Ideias Econômicas de Joaquim Murтинho**, ed. cit., p. 343).

“Na segunda quinzena de setembro surgiu finalmente o almejado trabalho, mas a verdade é que ele veio sepultar as últimas esperanças dos crédulos. Os mesmos raciocínios falsos, os mesmos pretensiosos conceitos, as mesmas conjecturas sem base, as mesmas extravagâncias ousadamente exibidas como doutrinas científicas, tudo aí se encontra na *Introdução*, como nos dois anteriores relatórios, revelando a mesma desorientação que tão fatal tem sido ao progresso do Brasil nos últimos três anos” (p. 344, itálico no original).

Continua na próxima edição